



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO

Nº 1, DE 2012-CN

(Do Deputado Raimundo Gomes de Matos,
do Senador Walter Pinheiro e outros Srs. Parlamentares)

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

*Recebi em
14.04.12, às
10:25h, na
Polícia*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

*Claudia Lima Aguiar
Secretária-Geral da Mesa*

Requeremos, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), composta de 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, destinada a investigar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, práticas criminosas desvendadas pelas operações *Vegas e Monte Carlo*, da Polícia Federal, com envolvimento do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, e agentes públicos e privados, sem prejuízo da investigação de fatos que se ligam ao objeto principal, dentre estes a existência de um esquema de interceptações e monitoramento de comunicações telefônicas e telemáticas ao arripio do princípio de reserva de jurisdição.

Houve

Em face do disposto nos arts. 150 e 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e § 1º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, os Requerentes determinam a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) como limite das despesas a serem realizadas.

[Assinaturas manuscritas]

JUSTIFICAÇÃO

Desde o julgamento do caso *McGrain v. Daugherty* (1927), a Suprema Corte dos Estados Unidos da América buscou definir os contornos dos poderes congressuais, no que concerne à oitiva obrigatória de cidadãos daquele país. Assentou aquele tribunal, na oportunidade, que o papel precípua dos inquéritos parlamentares, no Estado de Direito, diz respeito ao domínio legislativo; envolve a utilização de comissões do Congresso para assegurar o testemunho necessário a capacitar o Poder Legislativo a exercer, de maneira eficiente, a função legislativa que lhe pertence, conforme a Constituição.

Em decorrência de lastimáveis ofensas à dignidade da pessoa humana, ocorridas no âmbito da Comissão para Atividades Antiamericanas da Casa dos Representantes, na década de 50 do século passado, a Suprema Corte dos Estados Unidos foi, diversas vezes, provocada e, debruçando-se sobre o precedente citado, reafirmou que o poder de inquirir tem sido legitimamente empregado pelo Congresso, ao longo da história, sobre o vasto campo dos interesses norte-americanos sobre os quais pode o Congresso, querendo, legislar ou, devido a dada investigação, não legislar; ou ainda, dispor ou não da prerrogativa de tributar, bem como da forma mais adequada de destinar recursos orçamentários. Implícito, ante tão amplo escopo do poder legiferante, sob a Constituição, consoante a Suprema Corte dos EUA, estaria o poder de fiscalizar os atos da Administração Pública.

Esse acercamento jurisdicional de matéria tão sensível vem encontrando, há tempo, eco em nossas práticas políticas, guarida doutrinária, e ressonância na conformação de nossas instituições, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nos últimos dias tornaram-se públicas atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos, também conhecido como *Carlinhos Cachoeira*, que estão a merecer, pois, do Congresso Nacional, a necessária investigação, com o fito de aprimorar a legislação existente e fiscalizar as condutas – omissivas ou comissivas – de agentes públicos encarregados da imposição de observância das leis, ante atividades ditas “empresariais” conduzidas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos.

Há indícios de que é dilatado o espectro de ilicitudes que envolvem a pessoa do Senhor Carlos Augusto Ramos. Seu tentacular envolvimento com o poder público pode levar a perigoso comprometimento do fundamento republicano e da credibilidade das instituições, sob a égide do Estado Democrático de Direito. De fato, informações já amplamente divulgadas, que teriam por suporte material as investigações da *Operação Monte Carlo*, dão conta de, à primeira vista, recair sobre o Senhor Carlos Augusto Ramos e pessoas do seu círculo de convivência: a) a prática de tráfico de influência com o objetivo de legalizar a exploração de jogos de azar; b) a prática dos crimes de corrupção, prevaricação, condescendência

have

criminosa, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, violação e divulgação de comunicação telefônica ou telemática, exercício de atividade com infração de decisão administrativa, exploração de prestígio e formação de quadrilha, por agentes públicos, associados ou não a agentes privados, com a finalidade de impedir a cessação das atividades ilícitas, no setor de jogos de azar, levadas a efeito pelo indigitado *Carlinhos Cachoeira*, bem como, em consequência, a obstrução da persecução, do processo e da punição criminal; c) a prática de transferência de dinheiro ilegalmente obtido por meio da exploração de jogos de azar para empreendimentos supostamente legais, controlados pelo Senhor Carlos Augusto Ramos ou que esse, direta ou indiretamente, a eles esteja associado; e d) a fraude ao caráter competitivo de procedimentos licitatórios, com o objetivo de obter para empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação; e e) a manutenção, modificação ou prorrogação de contrato administrativo firmado em decorrência de procedimento licitatório irregular, com o objetivo de proporcionar vantagem a empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado.




Com efeito, o seu nome já esteve em evidência em episódios anteriores, submetidos ao escrutínio da CPMI dos Correios, criada em 2005, e a CPI dos Bingos, instalada no Senado Federal em 2005, além da “*Operação Vegas*” da Polícia Federal. Infelizmente, nestas oportunidades, os inquéritos parlamentares e policiais tão somente – se tanto – roçaram as atividades ilegais de *Carlinhos Cachoeira*. Urge enfrentar o desafio de destrinçar as relações entre poder público e atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos.

É importante observar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de reconhecer a autonomia da investigação parlamentar. Mesmo que os fatos determinados que ditam a constituição da CPMI possam incidir sobre aspectos referentes a acontecimentos sujeitos a inquéritos policiais ou processos judiciais que guardem conexão com o objeto da apuração congressual, será legítimo o procedimento jurídico-constitucional de fazer funcionar tal comissão, dotada de finalidade própria.


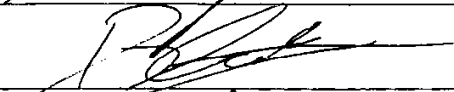
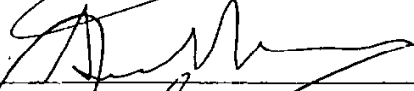

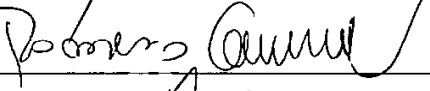
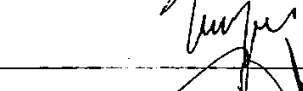

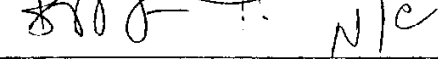
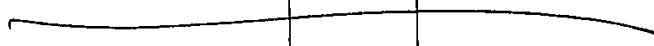
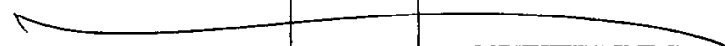
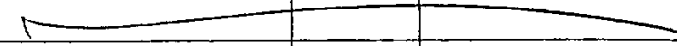
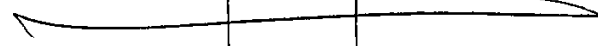

Deve ser de particular interesse deste Parlamento investigar o envolvimento de Carlos Augusto Ramos com agentes públicos com vista a contornar óbices às suas atividades contravenientes, advindos da edição, pelo Supremo Tribunal Federal, da Súmula Vinculante nº 2, no ano de 2007, e da rejeição da Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004, pelo Senado Federal, fato que ensejou a restauração do art. 17 da Medida Provisória nº 2216-37, de 31 de agosto de 2001, que deu nova redação ao art. 59 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. O enfrentamento dessa questão é ponto de honra para o Congresso Nacional. Está em causa o resguardo da própria lisura do devido processo legislativo.

Sala das Sessões,

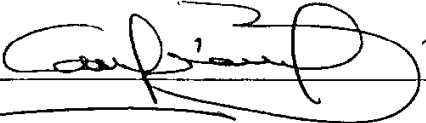
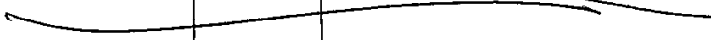
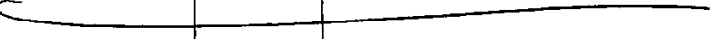


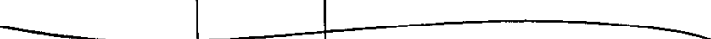








Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
RAIMUNDO BORGES DE MATOS	725	
BORETE PEREIRA	206	
ANDRÉ MOURA	846	
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
MARCUS ZAN	368	
RODRIGO DE CASTRO	701	
SERGE GUERKA		
LUI FERNANDES MACHADO	332	
ROMERO RODRIGUES	825	
LEONARDO KAEFER	818	
Paulo Hamanaty	933	
Bruna Dias Furlan		 N/C
		
		
		
		
		


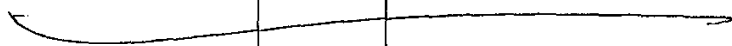
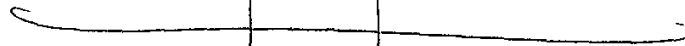

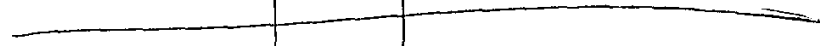
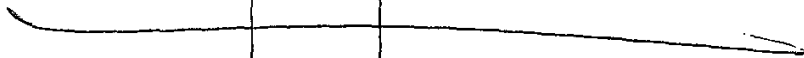
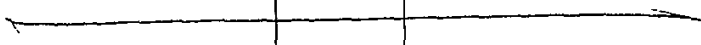
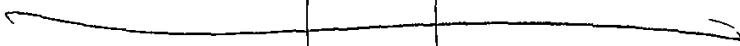
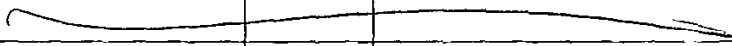
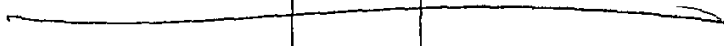
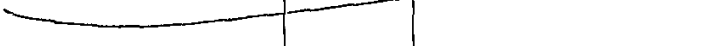
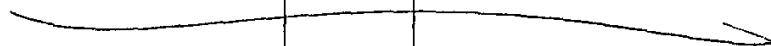
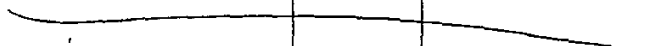
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
CARLOS BRANDÃO	529	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

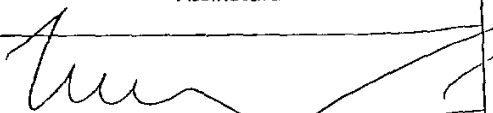
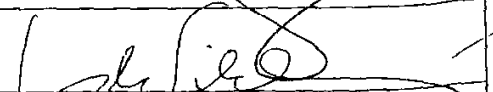
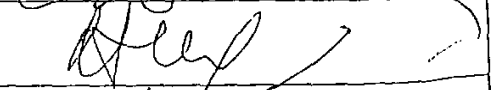

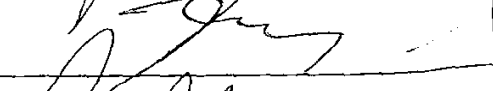

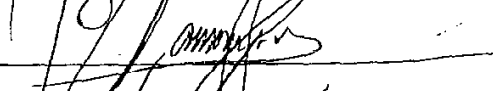
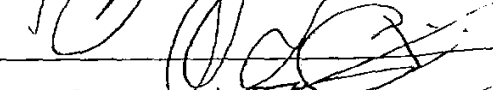

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
<i>[Handwritten Signature]</i>	565	<i>[Handwritten Signature]</i>
WILLIAM DIB	304	<i>[Handwritten Signature]</i>
Walter Feldman	242	<i>[Handwritten Signature]</i>
Ronaldo Aronson	572	<i>[Handwritten Signature]</i>
Carlos Semparó	207	<i>[Handwritten Signature]</i>
BONIFÁCIO ANDRADE		<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>[Blank]</i>		<i>[Blank]</i>
<i>[Blank]</i>		<i>[Blank]</i>
Judith Juno	407	JUDITH JUNO
<i>[Blank]</i>		<i>[Blank]</i>
<i>[Blank]</i>		<i>[Blank]</i>
<i>[Blank]</i>		<i>[Blank]</i>
<i>[Blank]</i>		<i>[Blank]</i>

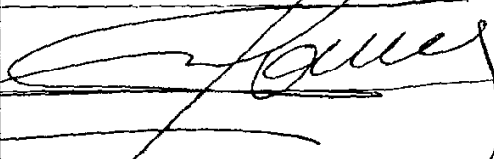
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
ALBERTO P. MOURÃO	568	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

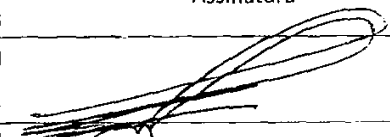
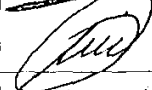
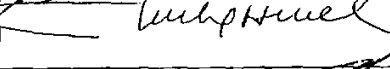
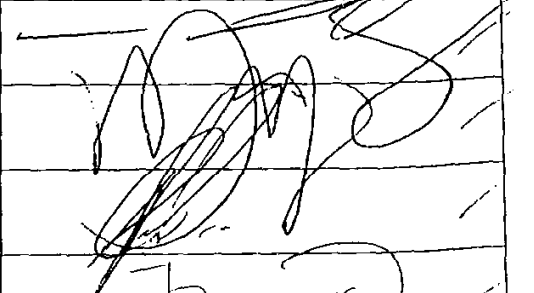
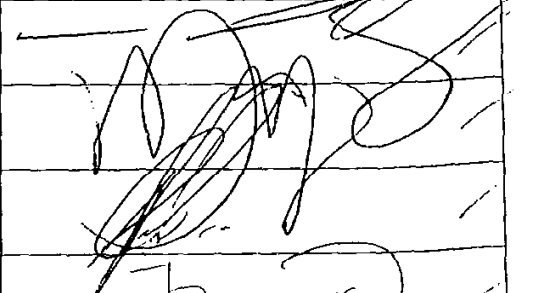
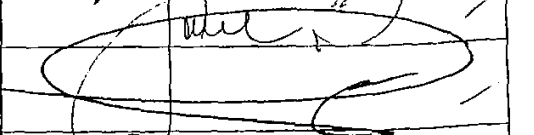
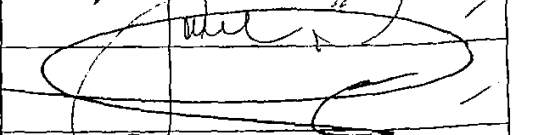
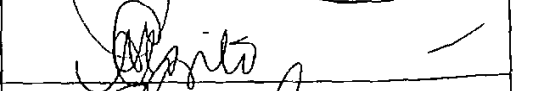
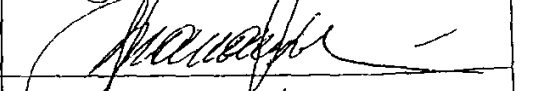

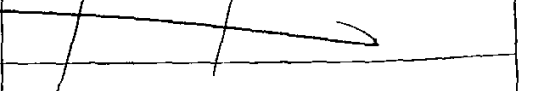
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
ZENAIDO COUTINHO	336	
LEONARDO VILELA	421	
Antonio Imbassahy	810	
Duarte Abgueiro	525	
VAZ DE LIMA	850	
Roberto Marinho	240	
Domingos Siqueira	271	
João Campos	315	
Thaiane	624	THAINE
Nilson Lato	246	
Emanuel Fernandes	760	Emanuel Fernandes
EDUARDO BARBOSA	540	Barbosa

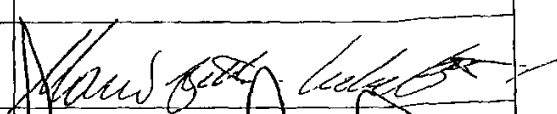


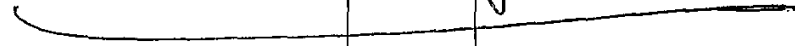


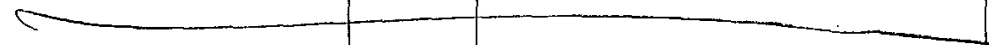
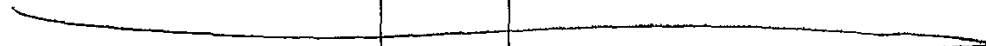

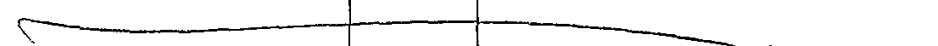
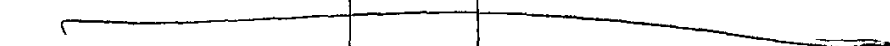
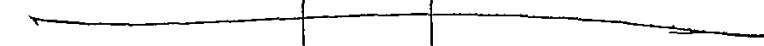
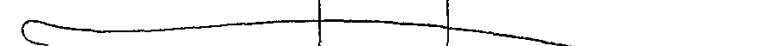
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Emerson Gomes	950	
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

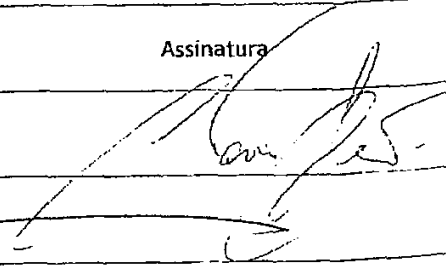


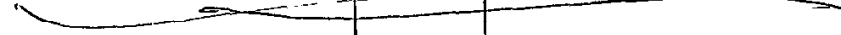





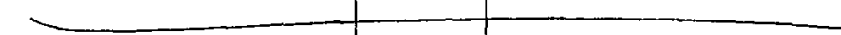
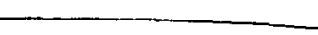
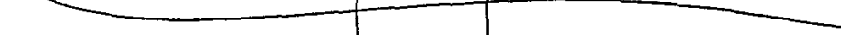
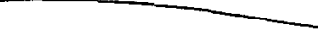
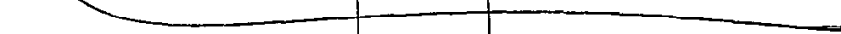
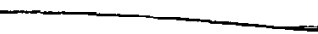
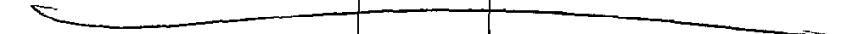
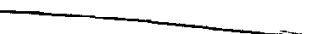





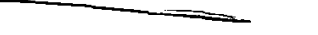
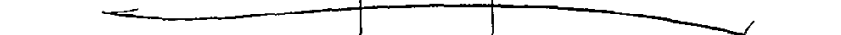
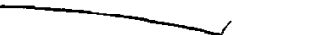
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
JORGINHO MELLO	329	
Luci Palmeira	426	
PAULO ABI-ACKEL	460	
BRUNO AMARAL	718	
MARA JOBAILLI	226	
Berinto Bastos	737	
DUARTE PALUÇA	527	
Carlos ALBERTO LENCIA	830	
Andréia Ito	636	
WANDERLECK GONCALVES	910	
FERNANDO FRANCISCHINI	265	

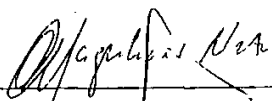

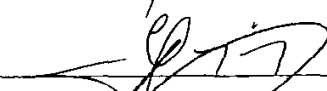

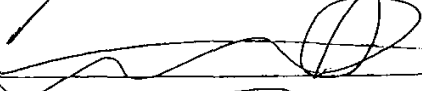



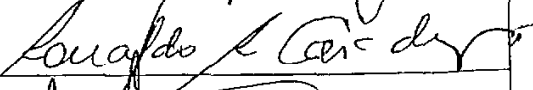
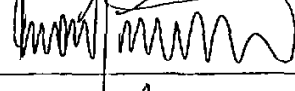

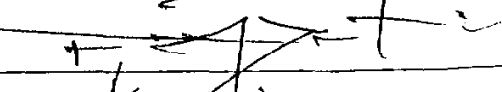
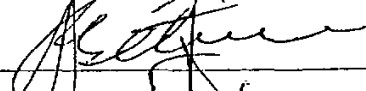
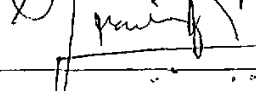
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Marcio Bilton	952	
José	PTB	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

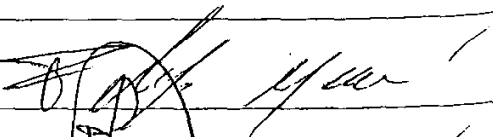
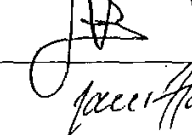
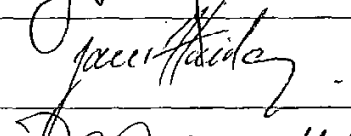

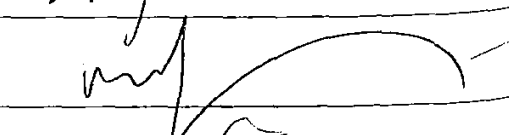
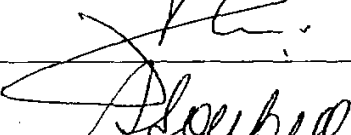
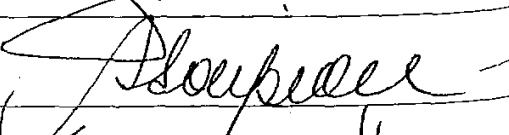
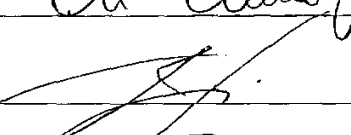
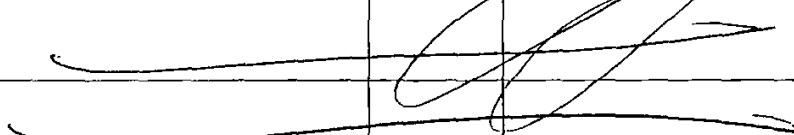
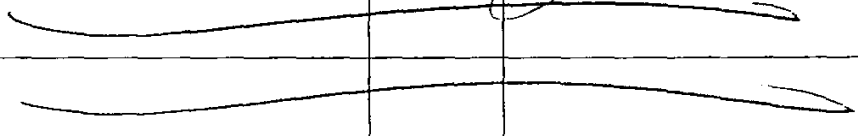
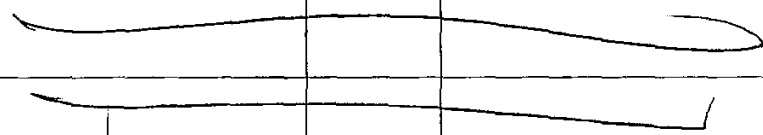
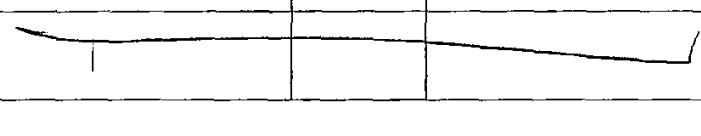
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Ogávio Leite	225	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

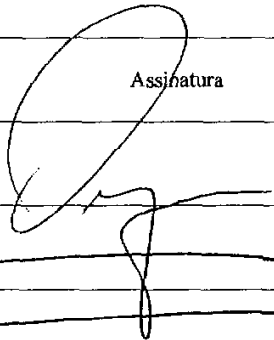
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
ACU NETO	939	
Davi Albuquerque	231	
CLAUDIO CAJADO	630	
AUGUSTO COUTINHO	835	
Alexandre Duto	841	
PAUDERNEY AUGELINO	610	
Orphe Dutra Aguiar	484	
Julio Campos	524	
Ronaldo Caridey	227	
PAULO QUARTIERO	375	
Profª Dairine Seabra	432	
FABIO SOUTO	827	
MIZ CARLOS FERREIRA	901	
MENDONÇA FILHO	314	

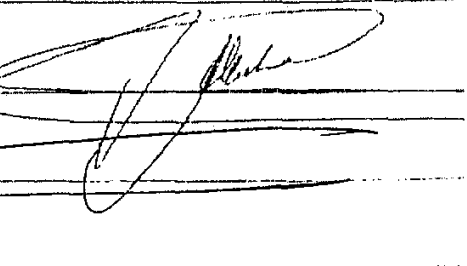
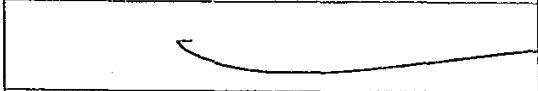
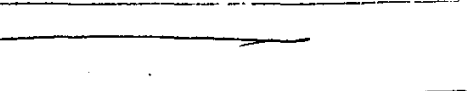

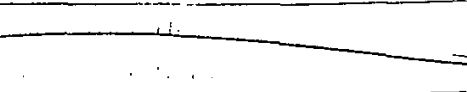

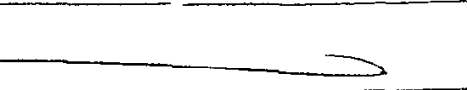

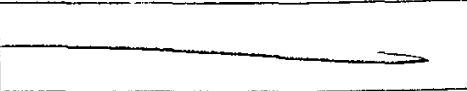







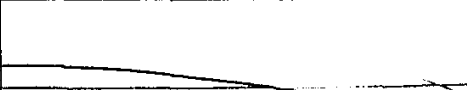
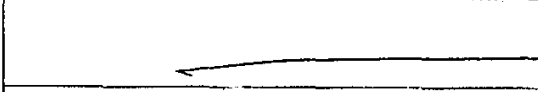

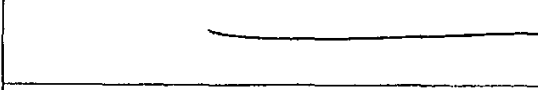

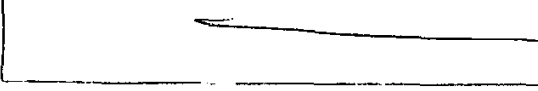



Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
FELIPE MARI	528	
Vitor Rempel	558	
JAIRO ATAÍDE	809	
Maudetta	577	Maudetta 
RODMIL MARI	308	
JORGE TADEU MACHADO	538	
Aselardo Junior	515	
Eli CORRÊA FILHO	519	Eli Corrêa Filho
JOÃO BITTAR	243	
		
		
		
		

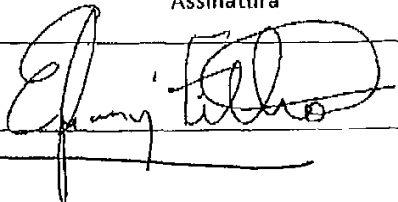
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Odyx Lorenzoni	828	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	
 	 	

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
<i>Anderson Prado</i>	508	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

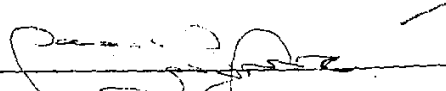

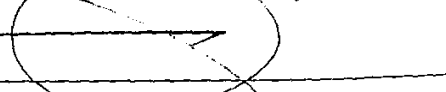

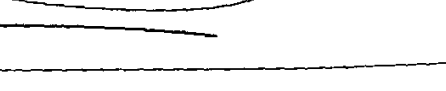
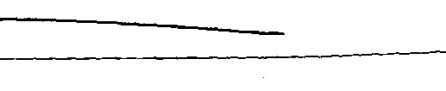
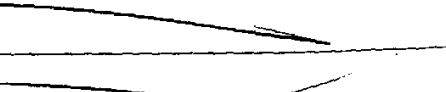
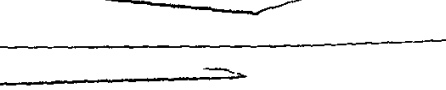
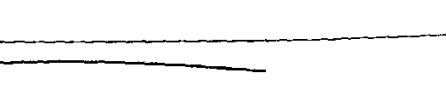
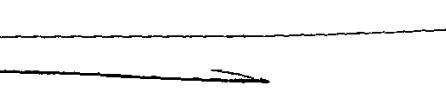
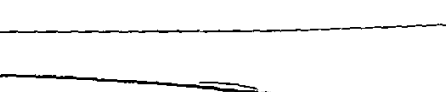
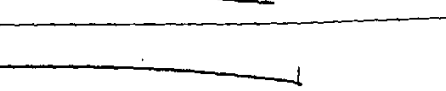
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
DEP. EFRAIM FILHO	DEM/PB	
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

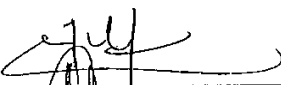
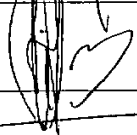
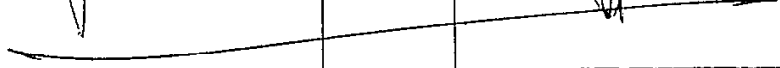
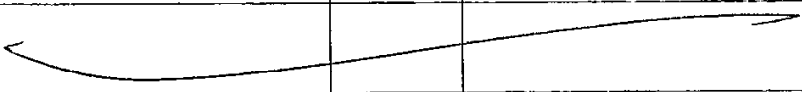
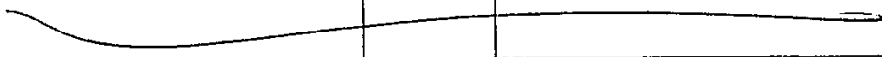



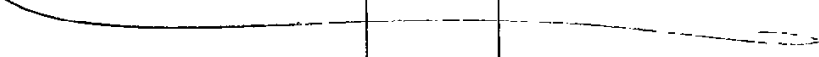
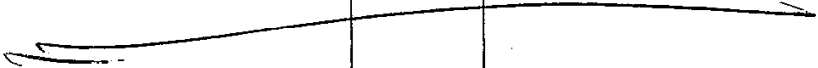

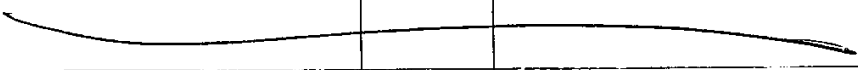
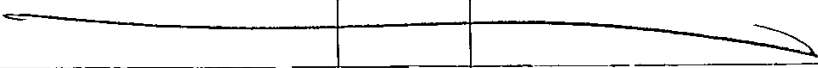

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Roberto Freire	606	Roberto Freire
FARMEN BANDEIRA	503	Farmen
Jim Ruel	65	Jim Ruel
Stepan Nercessian	517	Stepan Nercessian
SIMPLICIO ANAUJO	729	Simplicio Anaujo
RUBENS BUENO	623	Rubens Bueno
Augusto Casvalho	351	Augusto Casvalho
Arnaldo Jordy	376	Arnaldo Jordy
ARNALDO JORDIM	245	Arnaldo Jordim
AIMEIDA LIMA	726	Aimeida Lima

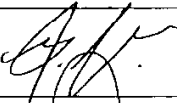
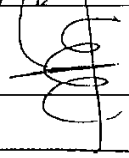

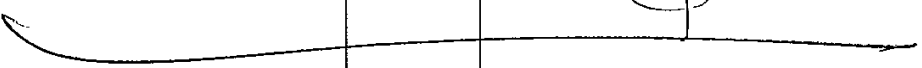
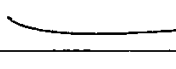
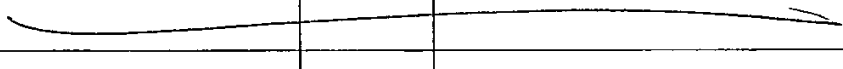
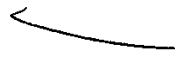
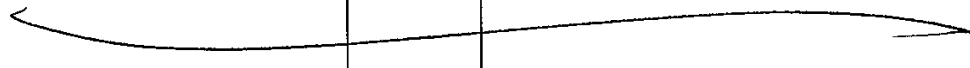

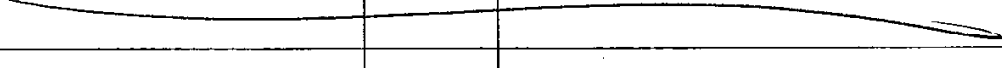

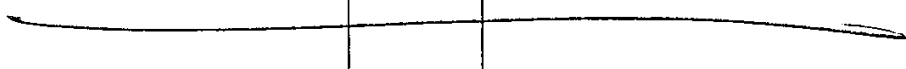
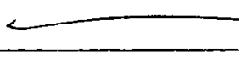
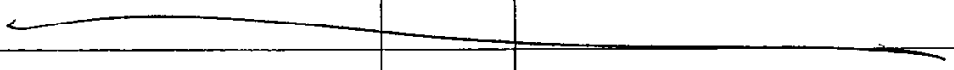
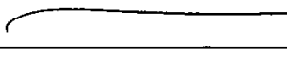
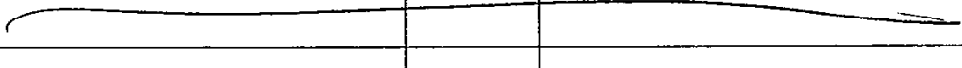

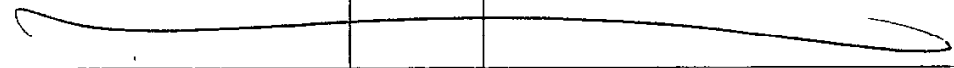


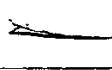


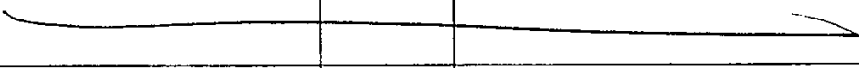

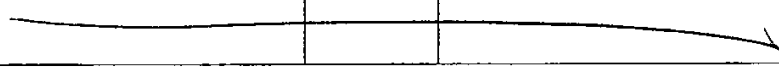
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
De Alvízco	317	
Rosane Ferreira	454	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
ALFREDO SIRKIS	240	 ✓
Henrique Afonso	440	 ✓
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
SARNEY FILHO	202	
Roberto de Lucena	235	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 – CN

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art.21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

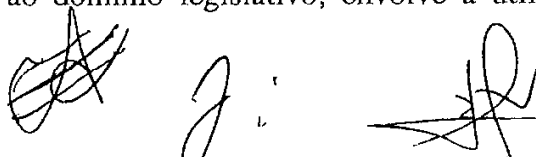
Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional:

Requeremos, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), composta de 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, destinada a investigar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, práticas criminosas desvendadas pelas operações *Vegas e Monte Carlo*, da Polícia Federal, com envolvimento do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, e agentes públicos e privados, sem prejuízo de investigação de fatos que se ligam ao objeto principal, dentre esses a existência de um esquema de interceptações e monitoramento de comunicações telefônicas e telemáticas ao arrepio do princípio de reserva de jurisdição.

Em face do disposto nos arts. 150 e 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e § 1º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, os Requerentes determinam a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) como limite das despesas a serem realizadas.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o julgamento do caso *McGrain v. Daugherty* (1927), a Suprema Corte dos Estados Unidos da América buscou definir os contornos dos poderes congressuais, no que concerne à oitiva obrigatória de cidadãos daquele país. Assentou aquele tribunal, na oportunidade, que o papel precípua dos inquéritos parlamentares, no Estado de Direito, diz respeito ao domínio legislativo; envolve a utilização de



comissões do Congresso para assegurar o testemunho necessário a capacitar o Poder Legislativo a exercer, de maneira eficiente, a função legislativa que lhe pertence, conforme a Constituição.

Em decorrência de lastimáveis ofensas à dignidade da pessoa humana, ocorridas no âmbito da Comissão para Atividades Antiamericanas da Casa dos Representantes, na década de 50 do século passado, a Suprema Corte dos Estados Unidos foi, diversas vezes, provocada e, debruçando-se sobre o precedente citado, reafirmou que o poder de inquirir tem sido legitimamente empregado pelo Congresso, ao longo da história, sobre o vasto campo dos interesses norte-americanos sobre os quais pode o Congresso, querendo, legislar ou, devido a dada investigação, não legislar; ou ainda, dispor ou não da prerrogativa de tributar, bem como da forma mais adequada de destinar recursos orçamentários. Implícito, ante tão amplo escopo do poder legiferante, sob a Constituição, consoante a Suprema Corte dos EUA, estaria o poder de fiscalizar os atos da Administração Pública.

Esse acercamento jurisdicional de matéria tão sensível vem encontrando, há tempo, eco em nossas práticas políticas, guarida doutrinária, e ressonância na conformação de nossas instituições, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nos últimos dias tornaram-se públicas atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos, também conhecido como *Carlinhos Cachoeira*, que estão a merecer, pois, do Congresso Nacional, a necessária investigação, com o fito de aprimorar a legislação existente e fiscalizar as condutas – omissivas ou comissivas – de agentes públicos encarregados da imposição de observância das leis, ante atividades ditas “empresariais” conduzidas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos.

Há indícios de que é dilatado o espectro de ilicitudes que envolvem a pessoa do Senhor Carlos Augusto Ramos. Seu tentacular envolvimento com o poder público pode levar a perigoso comprometimento do fundamento republicano e da credibilidade das instituições, sob a égide do Estado Democrático de Direito. De fato, informações já amplamente divulgadas, que teriam por suporte material as investigações da *Operação Monte Carlo*, dão conta de, à primeira vista, recair sobre o Senhor Carlos Augusto Ramos e pessoas do seu círculo de convivência: a) a prática de tráfico de influência com o objetivo de legalizar a exploração de jogos de azar; b) a prática dos crimes de corrupção, prevaricação, condescendência criminosa, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, violação e divulgação de comunicação telefônica ou telemática, exercício de atividade com infração de decisão administrativa, exploração de prestígio e formação de quadrilha, por agentes públicos, associados ou não a agentes privados, com a finalidade de impedir a cessação das atividades ilícitas, no setor de jogos de azar, levadas a efeito pelo indigitado *Carlinhos Cachoeira*, bem como, em

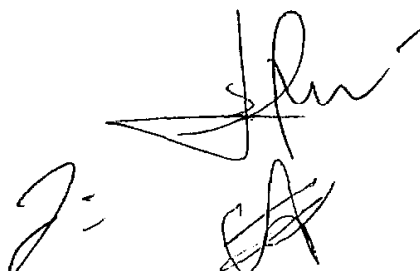
consequência, a obstrução da persecução, do processo e da punição criminal; c) a prática de transferência de dinheiro ilegalmente obtido por meio da exploração de jogos de azar para empreendimentos supostamente legais, controlados pelo Senhor Carlos Augusto Ramos ou que esse, direta ou indiretamente, a eles esteja associado; e d) a fraude ao caráter competitivo de procedimentos licitatórios, com o objetivo de obter para empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação; e e) a manutenção, modificação ou prorrogação de contrato administrativo firmado em decorrência de procedimento licitatório irregular, com o objetivo de proporcionar vantagem a empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado.

Com efeito, o seu nome já esteve em evidência em episódios anteriores, submetidos ao escrutínio da CPMI dos Correios, criada em 2005, e a CPI dos Bingos, instalada no Senado Federal em 2005, além da “Operação Vegas” da Polícia Federal. Infelizmente, nestas oportunidades, os inquéritos parlamentares e policiais tão somente – se tanto – roçaram as atividades ilegais de *Carlinhos Cachoeira*. Urge enfrentar o desafio de destrinçar as relações entre poder público e atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos.



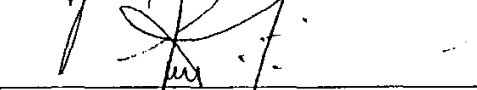
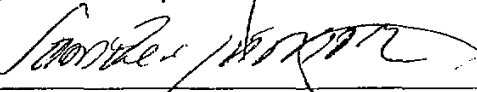




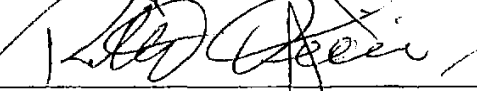
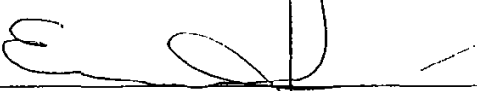
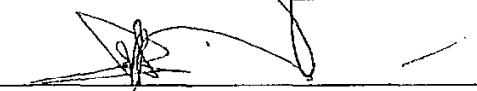
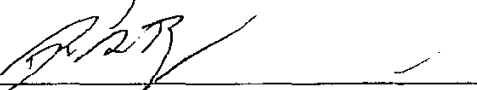
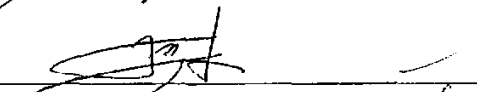
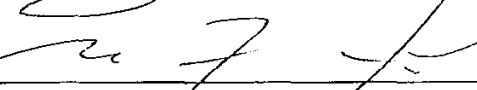
É importante observar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de reconhecer a autonomia da investigação parlamentar. Mesmo que os fatos determinados que ditam a constituição da CPMI possam incidir sobre aspectos referentes a acontecimentos sujeitos a inquéritos policiais ou processos judiciais que guardem conexão com o objeto da apuração congressual, será legítimo o procedimento jurídico-constitucional de fazer funcionar tal comissão, dotada de finalidade própria.

Deve ser de particular interesse deste Parlamento investigar o envolvimento de Carlos Augusto Ramos com agentes públicos com vista a contornar óbices às suas atividades contravenientes, advindos da edição, pelo Supremo Tribunal Federal, da Súmula Vinculante nº 2, no ano de 2007, e da rejeição da Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004, pelo Senado Federal, fato que ensejou a restauração do art. 17 da Medida Provisória nº 2216-37, de 31 de agosto de 2001, que deu nova redação ao art. 59 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. O enfrentamento dessa questão é ponto de honra para o Congresso Nacional. Está em causa o resguardo da própria lisura do devido processo legislativo.

Sala das Sessões,"

The image shows three handwritten signatures or initials in black ink. The top signature is a cursive name, possibly 'J. P.'. Below it are two other initials, one resembling 'J.' and the other 'CA'.

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
LUIZ CARLOS HEILZ	526	
Amir José Pityan	507 111	
Luiz Roberto Rocha	478	
Waldemar Maranhão	702	
WALDIR MARANHÃO	541	
ESPERIDIÃO AMIN	252	
JOSÉ CARLOS GOMES	316	
	450	
EDUARDO DA FONTE	628	
ARTHUR LIMA	942	
RENZO BRAZ	373	
JAIR BOLSONARO	482	
RENATO MOLLING	337	

Mem. n. 45/12/Assessoria


Em 17 de abril de 2012.

Ao Exmo. Sr.
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: **Subscrição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.**

Conforme determinação expressada hoje na reunião do colégio de líderes, em relação à subscrição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar supostas irregularidades e o envolvimento do Sr. Carlos Cachoeira com deputados federais e senadores da República, tomando como base as operações "Monte Carlo" e "Vega" da Polícia Federal, subscrevo a proposta.

Atenciosamente,


Deputado **Chico Alencar**
Líder do PSOL

Mem. n. 48/12/Assessoria


Em 17 de abril de 2012.

Ao Exmo. Sr.
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Subscrição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Conforme determinação expressada hoje na reunião do colégio de líderes, em relação à subscrição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar supostas irregularidades e o envolvimento do Sr. Carlos Cachoeira com deputados federais e senadores da República, tomando como base as operações "Monte Carlo" e "Vega" da Polícia Federal, subscrevo a proposta.

Atenciosamente,


Deputado **Jean Wyllys**
PSOL/RJ

N/C

Mem. n. 46/12/Assessoria

Em 17 de abril de 2012.

Ao Exmo. Sr.
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Subscrição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

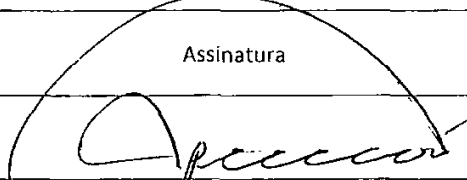
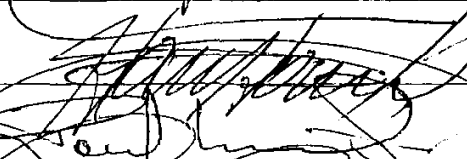
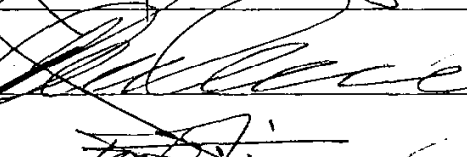
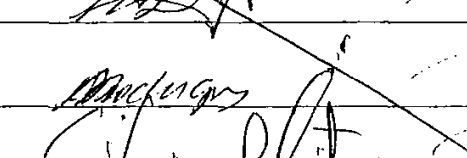
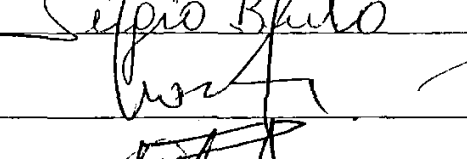
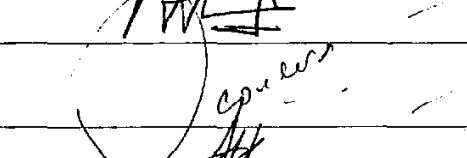
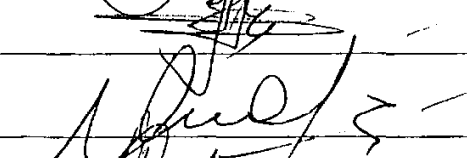
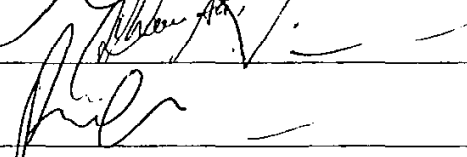



Conforme determinação expressada hoje na reunião do colégio de líderes, em relação à subscrição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar supostas irregularidades e o envolvimento do Sr. Carlos Cachoeira com deputados federais e senadores da República, tomando como base as operações "Monte Carlo" e "Vega" da Polícia Federal, subscrevo a proposta.

Atenciosamente,



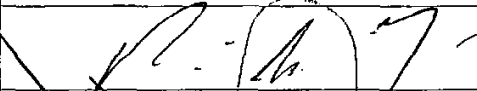


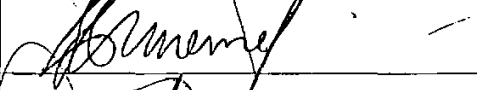
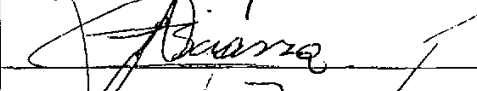
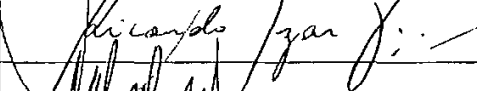
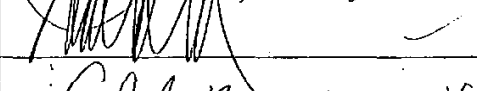


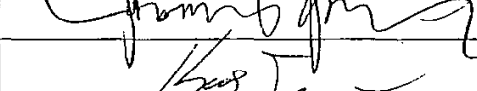
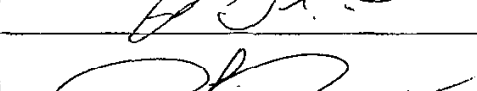
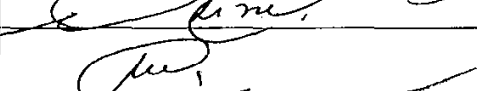
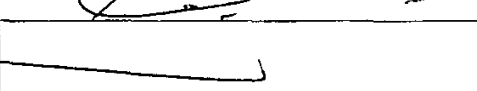
Deputado **Ivan Valente**
Vice-Líder do PSOL

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

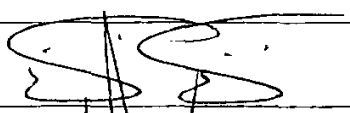

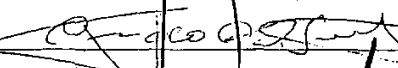
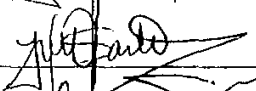

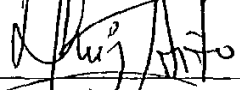
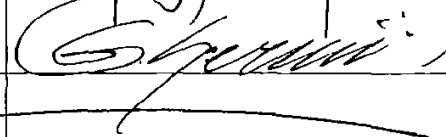


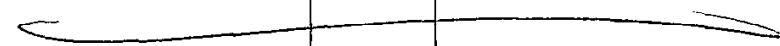
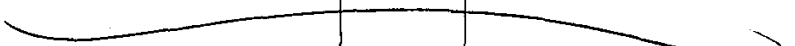
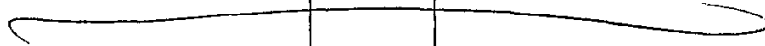
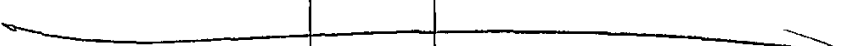

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
ARMANDO VERGILIO	816	
Caetano de Almeida	282	
Paulo Lima	381	
APOLDO DE OLIVEIRA	917	
Helio Sampaio	268	
Ademir Camilo	212	
SÉRGIO BLITO	638	
SILVIO COSTA	411	
Paulo Wagner	324	
MARCOS MONTES	334	
FRANCISCO ARANJO	587	
trope Paulo Aguiar	404	
Liliana Sá	434	
DANREI HINTERHOLZ	516	

X

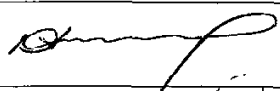
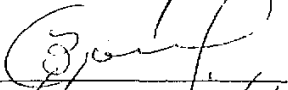
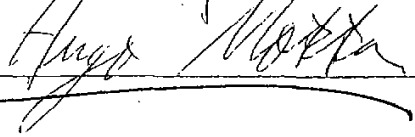

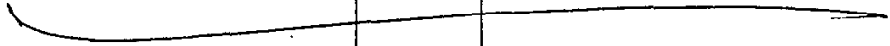
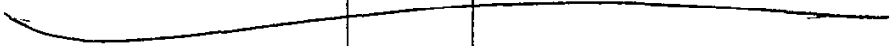


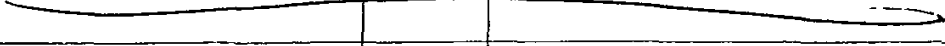
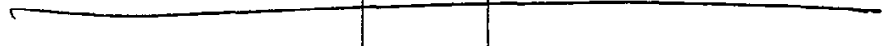
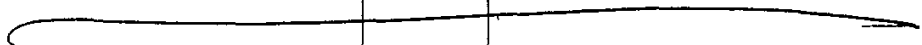
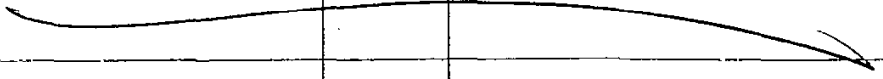
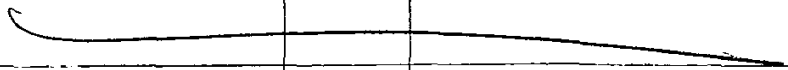
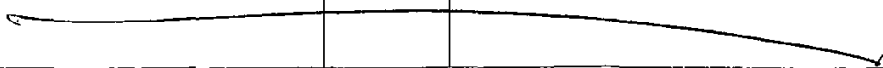
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
REINHOLD STEPHANES	820	
ROBERTO SANTIAGO	533	
ELEUSES FAIVA	935	
HEULER CRUVINEL	275	
EDUARDO SCIARRA	433	
RICARDO IZAR	634	
MARCEIRA MENDES	943	
FELIPE BORNIER	216	
Dr. Paulo César	904	
HOMERO PENZING	960	
GUILHERME GUYOS	283	
Djine Corvêa	511	
Carlos Souza	319	

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
GIVALDO CARIMBAS	732	
MILTON MONTI	328	 PR-SP.
GERALDO THADEU	248	 PR/MS
Jean Wyllys		 ✓
Luiz Fernando Famin	339	 ✓
Luiz Arraolo	643	 ✓
Giovanni Cherini	466	
		
		
		
		
		
		
		

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
DIEGO ANTONIO DE ^{PSD/} _{MG}	307	
ODINO BALBINOTTI	278	
HUGO MOTTA	582	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

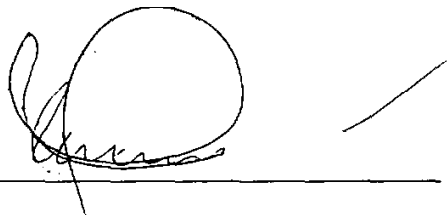
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Deputado Marco Maia

O Partido da Mobilização Nacional (PMN) requer, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 5º da Constituição Federal, combinado com o Artigo 21 do regimento Comum do Congresso Nacional, a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, vulgarmente conhecido como "Carlinhos Cachoeira", desvendadas pelas Operações Veja e Monte Carlos da Polícia Federal, nos termos que especificam.

Nesses termos, pede deferimento,

Brasília, 17 de abril de 2012.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'C' followed by several loops and a horizontal line at the bottom. The signature is positioned above a horizontal line.

Deputado Dr. Carlos Alberto (RJ)
Líder do PMN

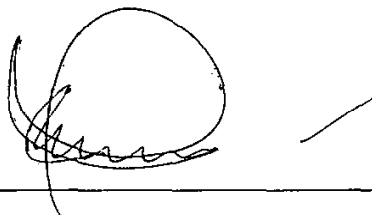
Deputada Jaqueline Roriz (DF)

**Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Deputado Marco Maia**

O Partido da Mobilização Nacional (PMN) requer, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 5º da Constituição Federal, combinado com o Artigo 21 do regimento Comum do Congresso Nacional, a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, vulgarmente conhecido como “Carlinhos Cachoeira”, desvendadas pelas Operações Veja e Monte Carlos da Polícia Federal, nos termos que especificam.

Nesses termos, pede deferimento,


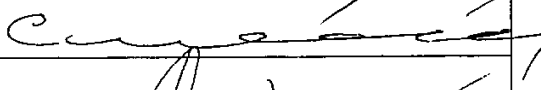

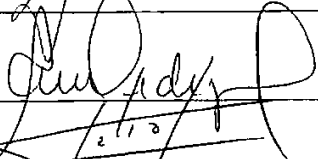
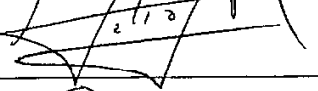

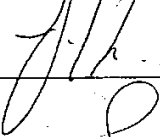
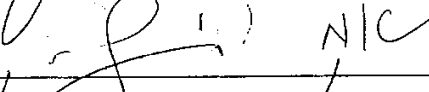
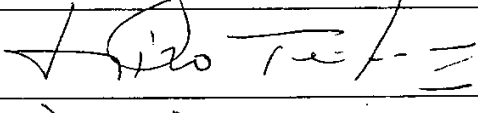
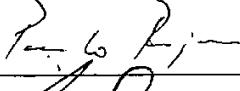
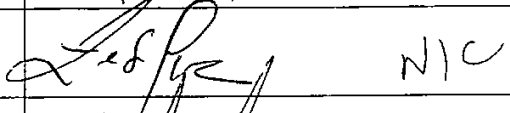
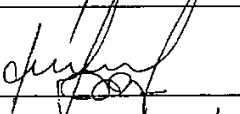
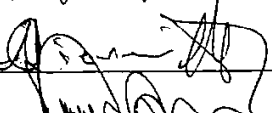
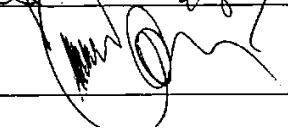
Brasília, 17 de abril de 2012.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, circular loop followed by several horizontal strokes and a final upward stroke on the right side.

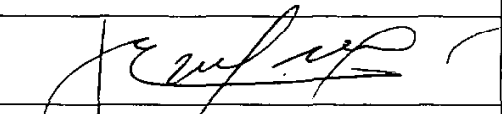
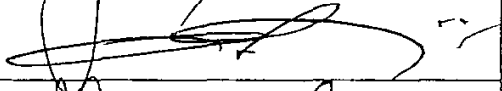
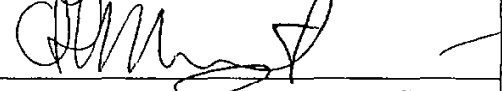
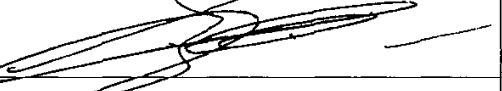
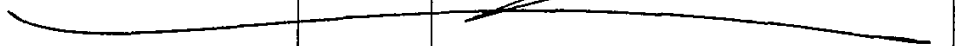
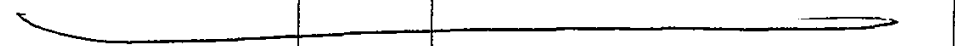
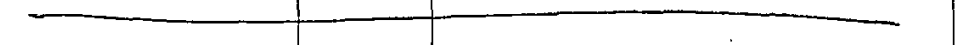
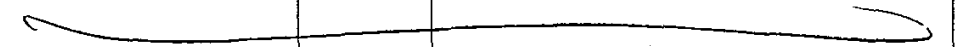
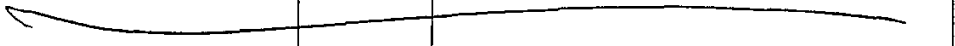
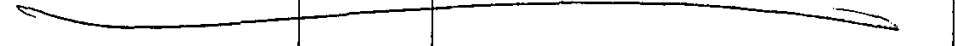

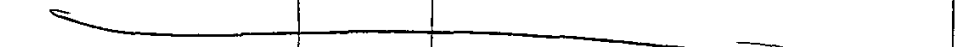
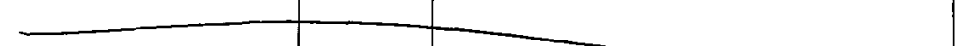
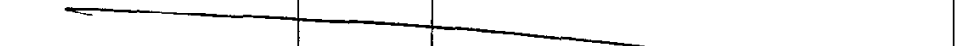
**Deputado Dr. Carlos Alberto (RJ)
Líder do PMN**

Deputada Jaqueline Roriz (DF)


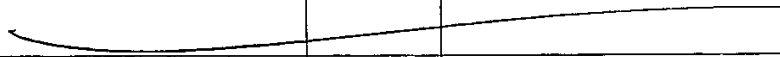
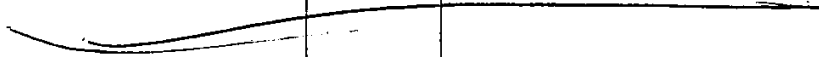

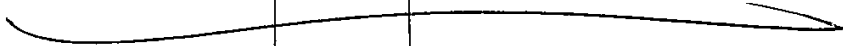

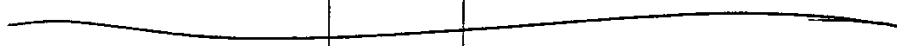

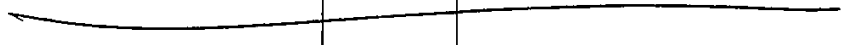


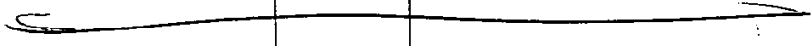
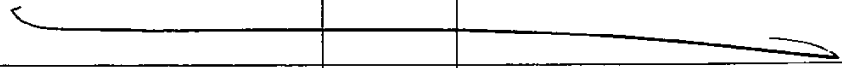
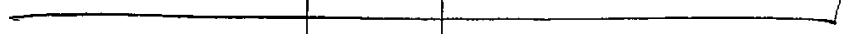
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
André Figueiredo	940	
VIEIRA DA SILVA	711	
Angelo Aguiar	367	
SUELI VIDIGAL	812	
FELIX HENDONÇA JR	912	
Flávia Mercês	738	
Dr. Joffina	383	
Giovanni Clavini	466	 NIC
MIRO TEIXEIRA	270	
Paulo Rubem Sombogo	423	
ZE SILVA	573	 NIC
MARCELO MATOS	579	
GIOVANNI QUETROZ	618	
MARCELO PEREIRA	583	

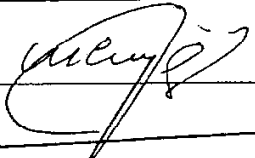

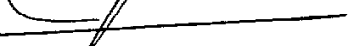


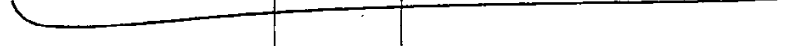
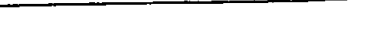
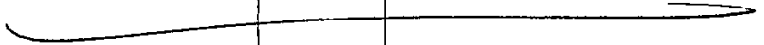
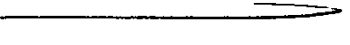
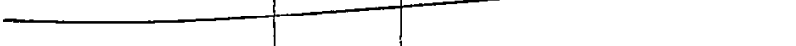



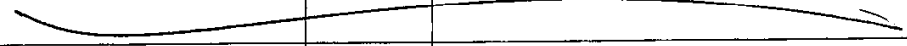
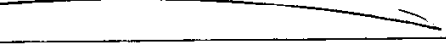
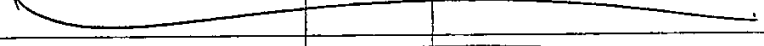
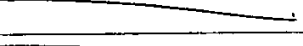

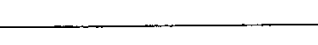
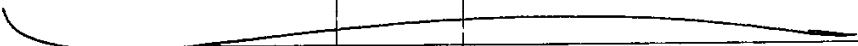
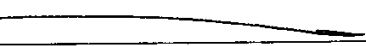
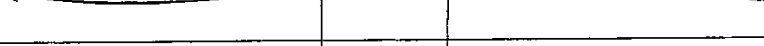
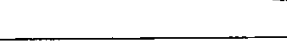
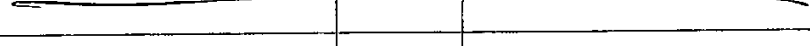
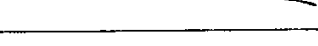


Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
JOÃO DADA	509	
OZIEL OLIVEIRA	635	
MANATO	574	
SALVADOR ZIMBALDI	804	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		


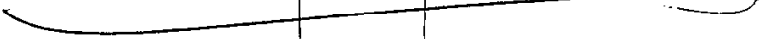
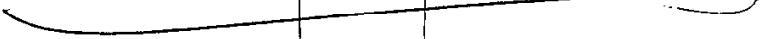
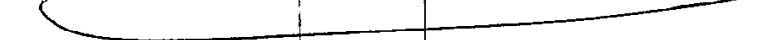
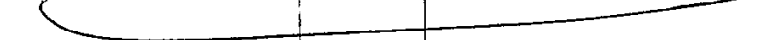
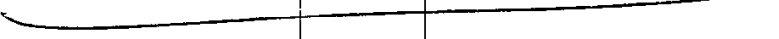
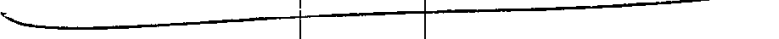
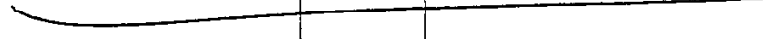
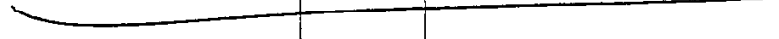








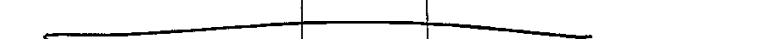
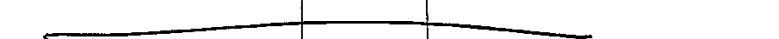
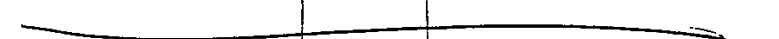
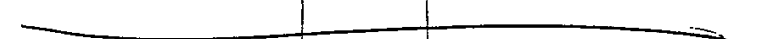




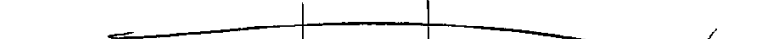
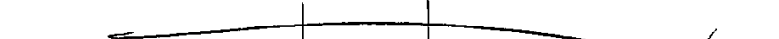
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
REGUFFE	372	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

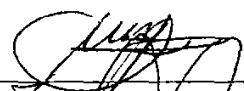

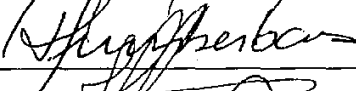
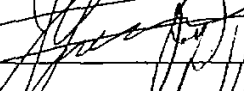




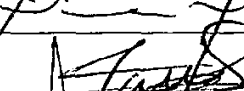

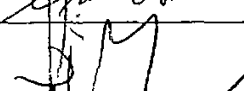
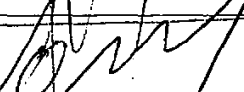
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
N. L. NEY QUEIROZ	936	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

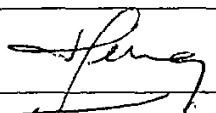
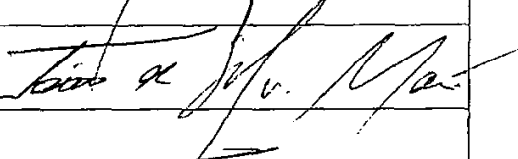
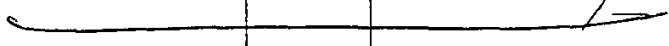
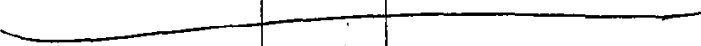
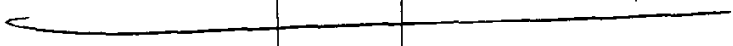
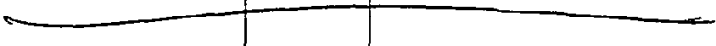
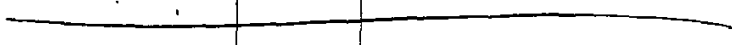
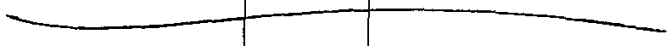

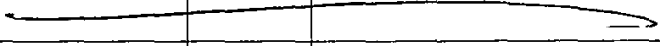
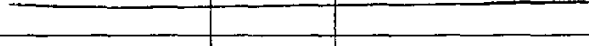
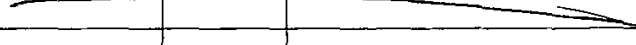
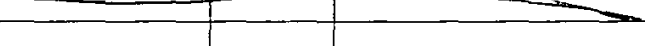
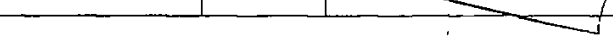
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Paulo P. da Silva	217	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

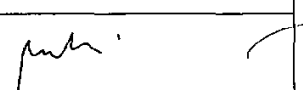
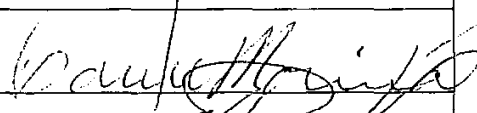

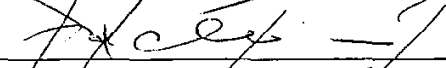

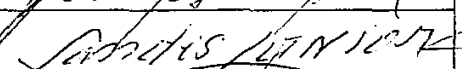
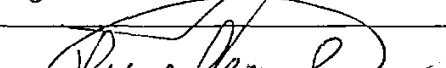

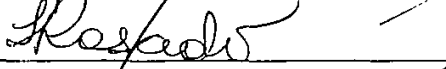

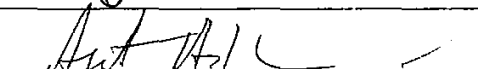
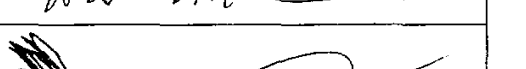
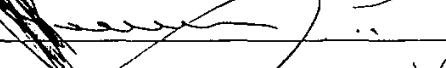
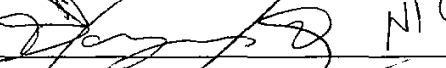
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Rinaldo Porto	615	
Bernardo Santana de Vasconcelos	854	
Jose Humberto Soares	267	
IZALCI LUCAS FERREIRA	284	
ANTONIO NO	619	
Miguel Ribeiro	714	ANTHONY CAROLINA
TIRINICA	637	
MAURICIO QUINTELLA LESA	425	
RONALDO FONSECA.	382	
PAULO FREIRE	273	
MAURICIO SANDOZ	456	
JAIQUE MARTINS	333	
LOURIVAL MENDES	937	
REYER	286	PAULO FREIRE

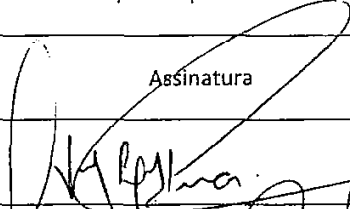

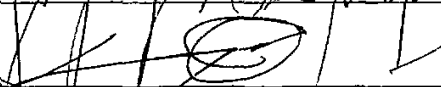

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
HENRIQUE OLIVEIRA	562	
JOÃO MAIA	439	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		


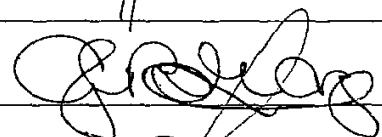



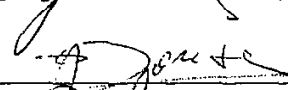
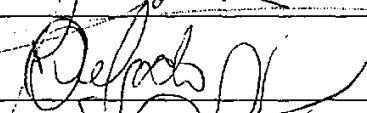

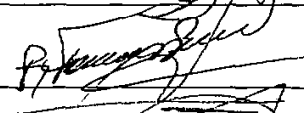

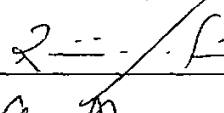
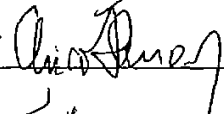
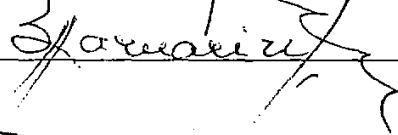
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Severino Ninko	380	
LAUREZ MOREIRA	736	
DR. UBIANI	543	
PEDRO CHAVEZ	406	
Geraldo Resende	905	
SANDRES JUNIOR	702	
HUGO LEAL	631	
Sandra Resado	650	
VALADARES FILHO	660	
ARIOSTO HOLANDA	575	
MONAS DOMINGOS NETO	471	
DOMINGOS NETO	546	
Valterio Pereira	933	
Luiz José	338	

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Valterius Pereira	913	
CONTA DA PATRIOTA		
LEOPOLDO MEYER	233	
AUDIFAX	315	
_____		_____
_____		_____
_____		_____
_____		_____
_____		_____
_____		_____
_____		_____
_____		_____
_____		_____
_____		_____

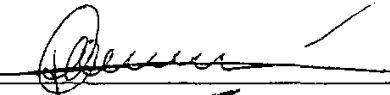










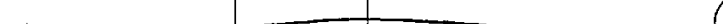
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Alexandre Roso	742	
GLAUBER BRAGA	300	
Marcos Nazif	948	
ANTONIO BACHION	522	
Jolanda Kerks in Ota	523	
Luiza Lundina	620	
JULIO DELGADO	323	
ARMANDO MARIN DE SA	094	
ROBERTO FERREIRO	369	
FERNANDO COELHO	662	
ROMARIO FARIA	411	
ALVARO PEREIRA	848	
ARIEFARDO CAMARINHA	609	

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
LUCIANA SANTOS, Líder PCdoB	531	<i>Luciana Santos</i>
ALICE PORTUGAL	420	<i>Alice Portugal</i>
ASSIS MELO	605	<i>Assis Melo</i>
CHICO LOPES	310	<i>Chico Lopes</i>
DANIEL ALMEIDA	317	<i>Daniel Almeida</i>
DELEGADO PROTÓGENES	745	<i>Delegado Protógenes</i>
EVANDRO MILHOMEN	419	<i>Evandro Milhomen</i>
JANDIRA FEGHALI	622	<i>Jandira Feghali</i>
JÔ MORAES	322	<i>Jô Moraes</i>
JOÃO ANANIAS	302	<i>João Ananias</i>
MANUELA D'ÁVILA	438	<i>Manuela D'Ávila</i>
OSMAR JÚNIOR	356	<i>Osmar Júnior</i>
PERPÉTUA ALMEIDA	625	<i>Perpétua Almeida</i>

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

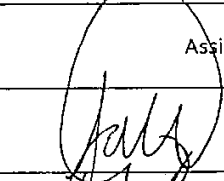
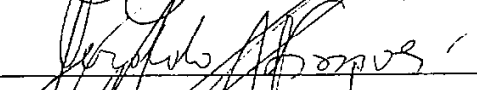
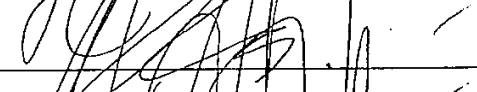
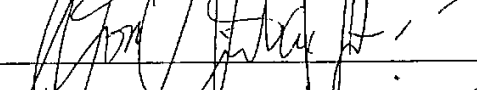
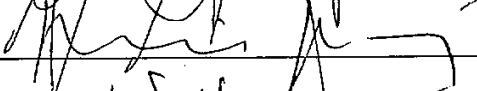
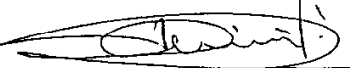


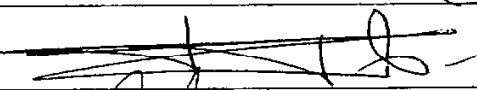
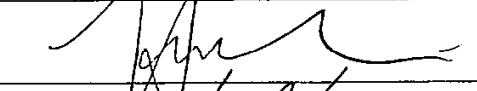
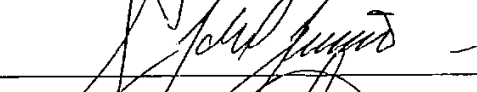

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
DANIEL GOMES DE ALMEIDA	317	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

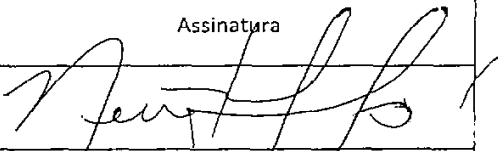
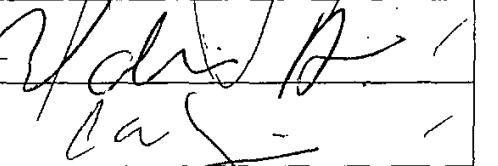
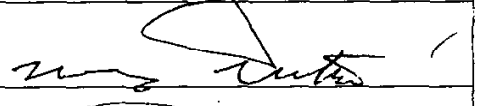
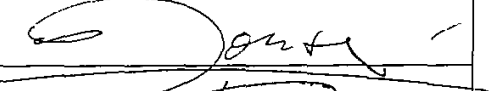

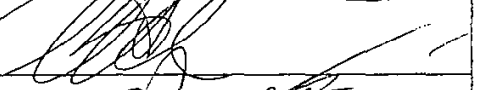


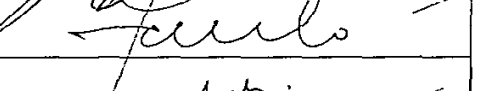
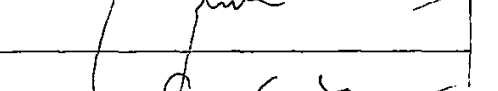
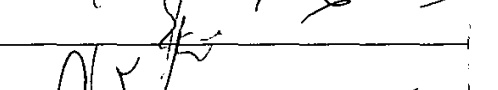
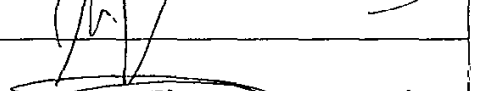
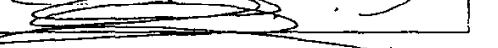
x 

Deputada Manuela d'Ávila
PCdoB/RS
Gabinete 438

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Jilmar Tanno	548	
Paulo Roberto	446	
Doutor	306	
José Airton Cirilo	734	
JOSIAS GOMES	641	
WALDENOR PEREIRA	807	Willho
FERNANDO MARROSI	312	
Zé Saldó	266	
Romão Zulké	858	
Zeca	102	JOSE KLEINER
João Paulo Lima	360	
José Guimarães	358	
Gabriel Guimarães	807	
CHICO D'ANGELO	232	

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Newton Lima		
VALMIR ASSUNÇÃO Zarattini	P39	
DOMINGOS DUTRA	PO	
Luiz Brandão	620	
ASSIS GONCALVES	709	
ANDRÉ FLORES	481	
Ivan Valente	716	
Luiz Vaz	738	
PAULO FOLETTI	839	
SEVERINO NINHO	380	
Gilmar Mendes	262	
VANDERLEI SIRAGUE	15	
Ricardo Bergzini		

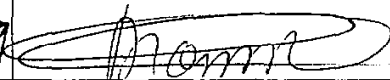

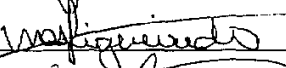
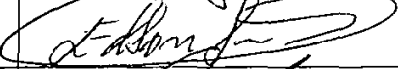


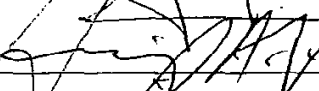
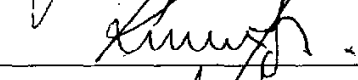
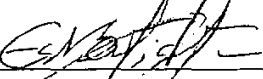
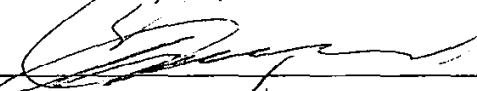
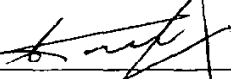
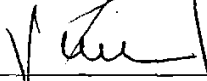

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Luiz Couto	442	Luiz Couto
PEDRO UCRAT	229	Assinatura
RUBENS OTONI	501	Assinatura
ROQUE CORREIA	641	Assinatura
Matheus Melo	654	Assinatura
Nelson Pellegrino		Assinatura
JULIO DELGADO	323	Assinatura
Elvino Gohu Jun	473	Assinatura
DR. GRILO	645	Assinatura
AMALINZ TEXEIRA	237	Assinatura
Décio Lima	218	Assinatura
PAULO FERREIRA	545	Assinatura
Alessandro Molon	652	Assinatura
JANE TE ROCHA PIETA	578	Jane Te Rocha Pieta

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Rosane Feneima	454	<i>Rosane Feneima</i>
Jimmy Kops	469	<i>Jimmy Kops</i>
ASSIS DO LOURO	420	<i>Assis do Louro</i>
Nozamaro Fontes	640	<i>Nozamaro Fontes</i>
PADRE TOM	280	<i>Padre Tom</i>
PADRE JOÃO REGUFFE	372	<i>Padre João Reguffe</i>
Odair Cunha	556	<i>Odair Cunha</i>
JOÃO PAULO CUNHA	702	<i>João Paulo Cunha</i>
Vincent	740	<i>Vincent</i>
Fátima Bezerra	236	<i>Fátima Bezerra</i>
Marina Sant'Anna	279	<i>Marina Sant'Anna</i>
NOVRIAL MENDES	937	<i>Novri Mendes</i>
ZEZEU RIBEIRO	571	<i>Zezeu Ribeiro</i>

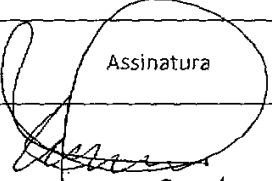
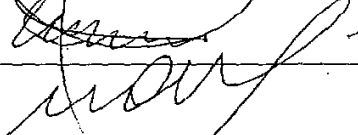
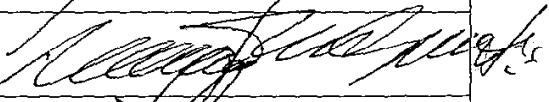
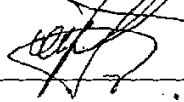
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Dep. Marcon	569	
ERIKA KOKAY	203	Enle Valley
POLICARPO	841	
Dalva Figueiredo	704	
EDSON SANTOS	402	
Fernando Fero	427	
Hernani FORTA	256	
Luiz ALBERTO	954	
Paulo Pimenta	552	
Miriquinho Batista	435	
Vicente Candia	500	
Leandro Monteiro	922	
Paulo Teixeira	281	
Reginaldo W	426	


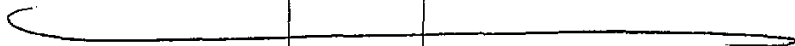
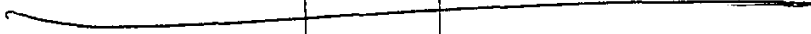

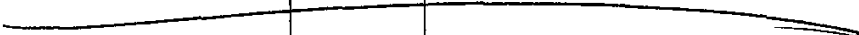
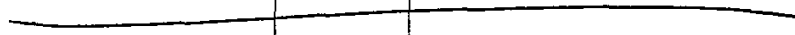

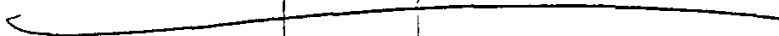

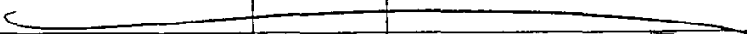
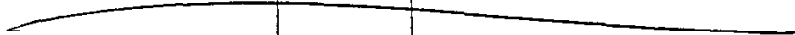

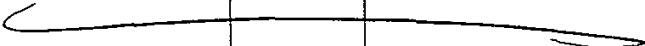
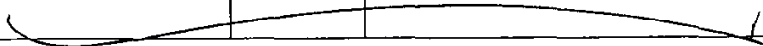
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
<i>Luiz Sérgio</i>	627	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>Carlinhos Vaz</i>	958	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>Pedro Guehen</i>	902	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>Mário Sérgio</i>	260	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>Walter Azevedo</i>	862	<i>Walter Azevedo</i>
ARTUR BRUNO	467	<i>[Handwritten Signature]</i>
JOSE DE FILIPPI	611	<i>[Handwritten Signature]</i>
JESUS RODRIGUES	706	<i>Jesus NIC</i>
<i>Luiz Sérgio</i>	409	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>Arnaldo Vanda</i>	672	<i>Arnaldo Vanda</i>
SIBÁ MACHADO	421	<i>Sibá Machado</i>
BETO FARO	723	<i>[Handwritten Signature]</i>

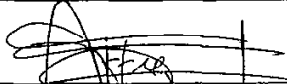


Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Dr. Carlos Mendes	208	
MARLOS MEYRAH	834	
MÁRCIO NEGRONKONTE	315	
TÂNIOKATAI	691	
EDSON PIRELLA	407	Espinoza

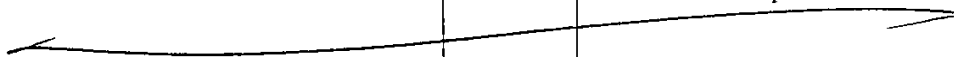
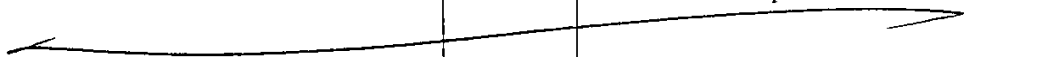
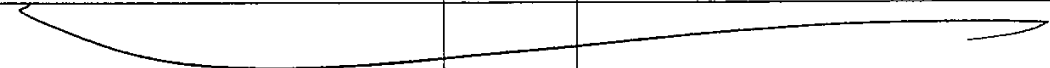
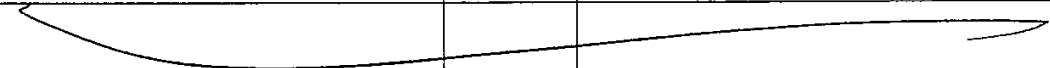
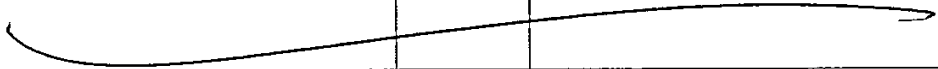
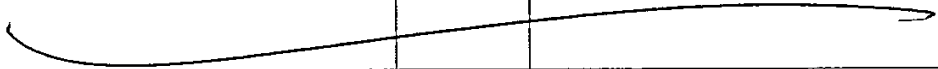
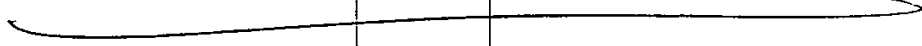
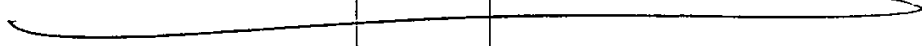
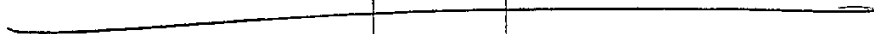
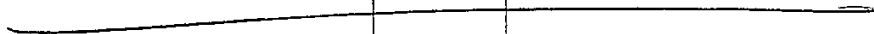
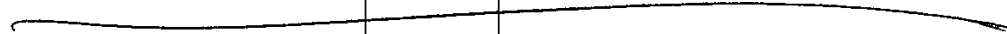
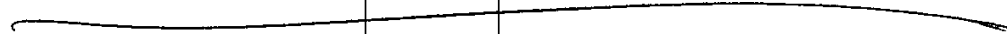
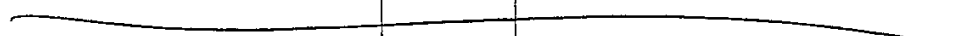
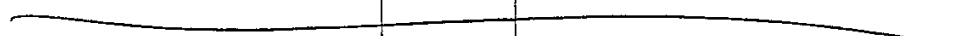
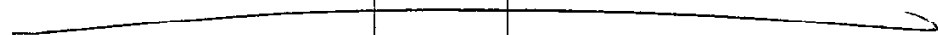
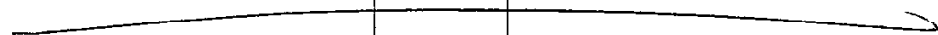
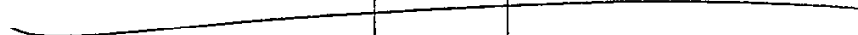
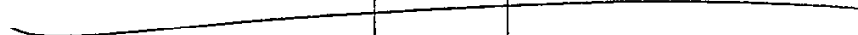




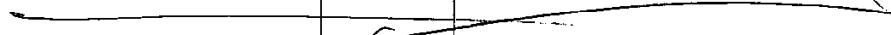
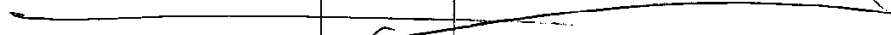


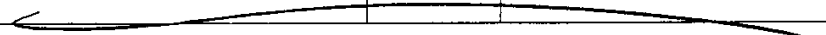
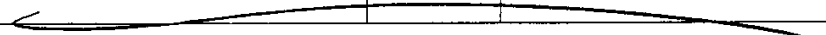
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações “*Vegas*” e “*Monte Carlo*”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		


Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
DR. ROSINHA	474	
VANER LOUBEI	838	
Carlinhos Ramos	613	
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
CLAUDIO PUTY	420	Claudio Puty ✓
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Edson EZEQUIEL	748	Edson Ezequiel de Alto - ESM
NEWSON BORNIER	727	
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>
<hr/>		<hr/>

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

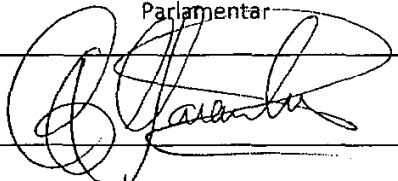

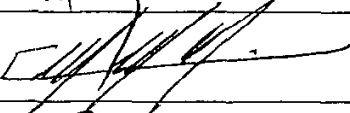
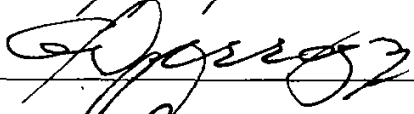


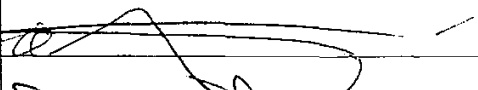
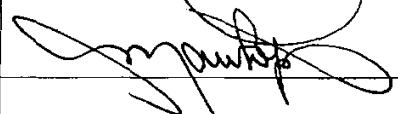
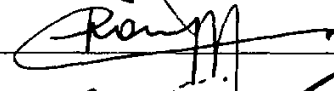




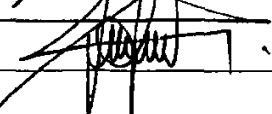
Parlamentar	Gabinete	Assinatura
HUGO MOTTA	582	Hugo Motta S.N.C.
WILSON FILHO	534	Wilson Filho
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

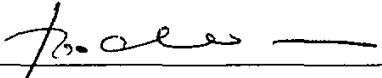

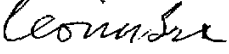

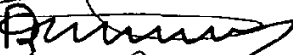



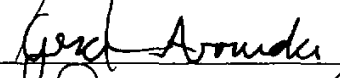
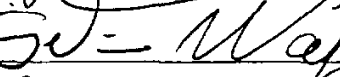
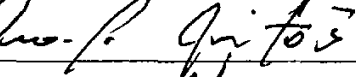

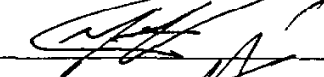

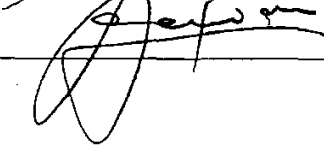
Parlamentar	Gabinete	Assinatura
<i>Diógenes</i>	452	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>Paulo Pina</i>	626	<i>[Handwritten Signature]</i>
LEONARDO PICCIANI	302	<i>[Handwritten Signature]</i>
RAUL HENRY	707	<i>[Handwritten Signature]</i>
Manoel Carlos	811	<i>[Handwritten Signature]</i>
Alberto Filho	617	<i>[Handwritten Signature]</i>
BENECIAS NORONHA	244	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>[Handwritten Name]</i>	932	(NEWTON CARDOSO)
CARLOS BEZERRA	815	<i>[Handwritten Signature]</i>
Guilherme Resende	905	<i>[Handwritten Signature]</i>
ASDRUBAL BENTES	410	<i>[Handwritten Signature]</i>
FRANCISCA ESCOBAR	814	<i>[Handwritten Signature]</i>
TERESA SURITA	250	<i>[Handwritten Signature]</i>
JUNIOR COIMBRA	274	<i>[Handwritten Signature]</i>

5/11

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	458	Benjamin Maranhão
Tatiana Pires	416	
Georgina Noronha		
OSMAR ALEAGNIO	845	
ROGERIO PENINHA	656	 NIC
Antonio Andrade	305	
Edinho Bez	703	
MAURO LOPES	844	
MARINHA RAUPP	614	
Gabriel Chalich	817	
JOÃO AERUCH	633	
JOÃO MACALINOS	211	
Alexsandro Melo	324	
Fenan Filho	907	

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
PEDRO CHAVES	406	
Jos de Araújo	530	
Leão Gomes	801	
WAGNER CORREIA	708	
Arturo O. Maia	537	
<i>Carlinhos Cachoeira</i> 	539	
Daniel Furtado	384	
GERA ARRUDA	921	
Prof. SETÍMO	550	
Leonardo Quinto	914	
CELSO MALDANER	311	
Leonora Viela	309	
EDINHO ARAÚJO	418	
STAURO MABEL	443	

REQUERIMENTO Nº

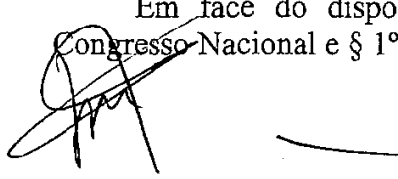
, DE 2012 – CN

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

Requeremos, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), composta de 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, destinada a investigar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, práticas criminosas desvendadas pelas operações *Vegas e Monte Carlo*, da Polícia Federal, com envolvimento do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, e agentes públicos e privados, sem prejuízo de investigação de fatos que se ligam ao objeto principal, dentre esses a existência de um esquema de interceptações e monitoramento de comunicações telefônicas e telemáticas ao arripio do princípio de reserva de jurisdição.

Em face do disposto nos arts. 150 e 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e § 1º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, os



Recebido em 14.04.12
21:00h 10 (dez)

Cláudia Lyra Mascarenhas
Secretária-Geral da Mesa

Requerentes determinam a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) como limite das despesas a serem realizadas.

JUSTIFICAÇÃO

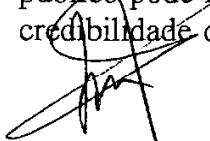
Desde o julgamento do caso *McGrain v. Daugherty* (1927), a Suprema Corte dos Estados Unidos da América buscou definir os contornos dos poderes congressuais, no que concerne à oitiva obrigatória de cidadãos daquele país. Assentou aquele tribunal, na oportunidade, que o papel precípua dos inquéritos parlamentares, no Estado de Direito, diz respeito ao domínio legislativo; envolve a utilização de comissões do Congresso para assegurar o testemunho necessário a capacitar o Poder Legislativo a exercer, de maneira eficiente, a função legislativa que lhe pertence, conforme a Constituição.

Em decorrência de lastimáveis ofensas à dignidade da pessoa humana, ocorridas no âmbito da Comissão para Atividades Antiamericanas da Casa dos Representantes, na década de 50 do século passado, a Suprema Corte dos Estados Unidos foi, diversas vezes, provocada e, debruçando-se sobre o precedente citado, reafirmou que o poder de inquirir tem sido legitimamente empregado pelo Congresso, ao longo da história, sobre o vasto campo dos interesses norte-americanos sobre os quais pode o Congresso, querendo, legislar ou, devido a dada investigação, não legislar; ou ainda, dispor ou não da prerrogativa de tributar, bem como da forma mais adequada de destinar recursos orçamentários. Implícito, ante tão amplo escopo do poder legiferante, sob a Constituição, consoante a Suprema Corte dos EUA, estaria o poder de fiscalizar os atos da Administração Pública.

Esse acercamento jurisdicional de matéria tão sensível vem encontrando, há tempo, eco em nossas práticas políticas, guarida doutrinária, e ressonância na conformação de nossas instituições, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nos últimos dias tornaram-se públicas atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos, também conhecido como *Carlinhos Cachoeira*, que estão a merecer, pois, do Congresso Nacional, a necessária investigação, com o fito de aprimorar a legislação existente e fiscalizar as condutas – omissivas ou comissivas – de agentes públicos encarregados da imposição de observância das leis, ante atividades ditas “empresariais” conduzidas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos.

Há indícios de que é dilatado o espectro de ilicitudes que envolvem a pessoa do Senhor Carlos Augusto Ramos. Seu tentacular envolvimento com o poder público pode levar a perigoso comprometimento do fundamento republicano e da credibilidade das instituições, sob a égide do Estado Democrático de Direito. De

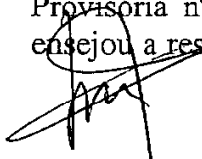


fato, informações já amplamente divulgadas, que teriam por suporte material as investigações da *Operação Monte Carlo*, dão conta de, à primeira vista, recair sobre o Senhor Carlos Augusto Ramos e pessoas do seu círculo de convivência: a) a prática de tráfico de influência com o objetivo de legalizar a exploração de jogos de azar; b) a prática dos crimes de corrupção, prevaricação, condescendência criminosa, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, violação e divulgação de comunicação telefônica ou telemática, exercício de atividade com infração de decisão administrativa, exploração de prestígio e formação de quadrilha, por agentes públicos, associados ou não a agentes privados, com a finalidade de impedir a cessação das atividades ilícitas, no setor de jogos de azar, levadas a efeito pelo indigitado *Carlinhos Cachoeira*, bem como, em consequência, a obstrução da persecução, do processo e da punição criminal; c) a prática de transferência de dinheiro ilegalmente obtido por meio da exploração de jogos de azar para empreendimentos supostamente legais, controlados pelo Senhor Carlos Augusto Ramos ou que esse, direta ou indiretamente, a eles esteja associado; e d) a fraude ao caráter competitivo de procedimentos licitatórios, com o objetivo de obter para empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação; e e) a manutenção, modificação ou prorrogação de contrato administrativo firmado em decorrência de procedimento licitatório irregular, com o objetivo de proporcionar vantagem a empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado.

Com efeito, o seu nome já esteve em evidência em episódios anteriores, submetidos ao escrutínio da CPMI dos Correios, criada em 2005, e a CPI dos Bingos, instalada no Senado Federal em 2005, além da "*Operação Vegas*" da Polícia Federal. Infelizmente, nestas oportunidades, os inquéritos parlamentares e policiais tão somente – se tanto – roçaram as atividades ilegais de *Carlinhos Cachoeira*. Urge enfrentar o desafio de destrinçar as relações entre poder público e atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos.

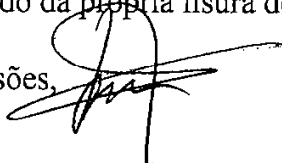
É importante observar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de reconhecer a autonomia da investigação parlamentar. Mesmo que os fatos determinados que ditam a constituição da CPMI possam incidir sobre aspectos referentes a acontecimentos sujeitos a inquéritos policiais ou processos judiciais que guardem conexão com o objeto da apuração congressional, será legítimo o procedimento jurídico-constitucional de fazer funcionar tal comissão, dotada de finalidade própria.

Deve ser de particular interesse deste Parlamento investigar o envolvimento de Carlos Augusto Ramos com agentes públicos com vista a contornar óbices às suas atividades contravenientes, advindos da edição, pelo Supremo Tribunal Federal, da Súmula Vinculante nº 2, no ano de 2007, e da rejeição da Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004, pelo Senado Federal, fato que ensejou a restauração do art. 17 da Medida Provisória nº 2216-37, de 31 de agosto



de 2001, que deu nova redação ao art. 59 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. O enfrentamento dessa questão é ponto de honra para o Congresso Nacional. Está em causa o resguardo da própria lisura do devido processo legislativo.

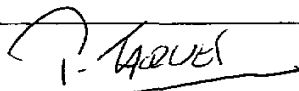
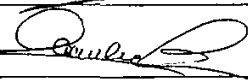
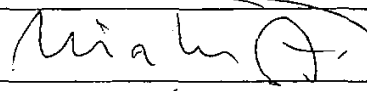
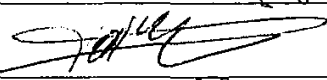
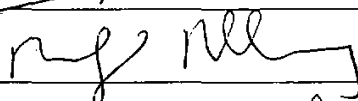
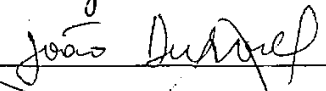
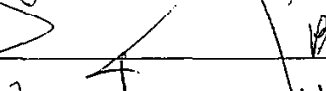
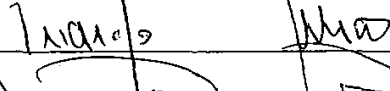
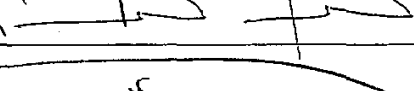
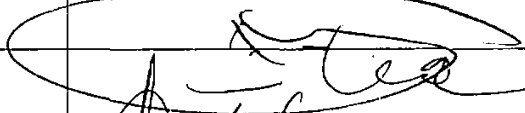
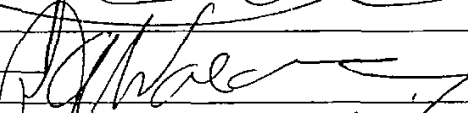
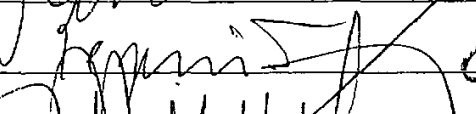
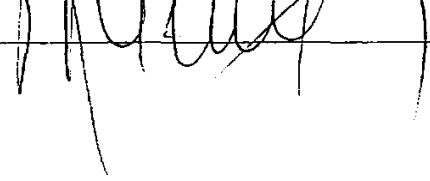
Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, overlapping strokes that form a stylized, somewhat abstract shape.

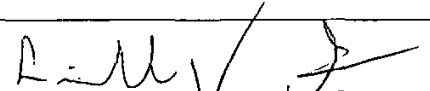
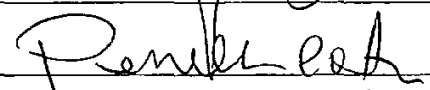
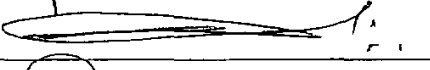
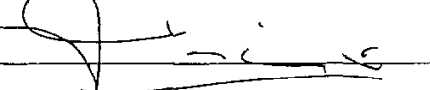
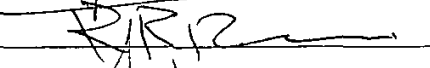
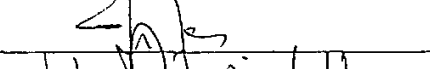


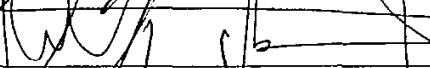




Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Assinatura	
WALTER TINHEIRO PT		C
Lidice de Melo		C
ACIR BUCCACC		C
José Pimenta		C
HUMBERTO COSTA		C
WELLINGTON DIAS		C
VANESSA GUMMOW		C
Angela Portela		C
Dedé Amel Gomb		Delidioso
Edmundo	Edmundo	Suplici
Arbete Diniz		C
Ana Rita Rogério		C
MARTA		C
JOSÉ VIANA		C

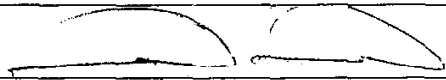


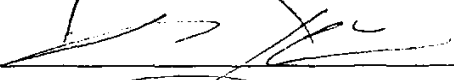
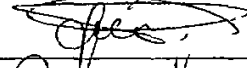
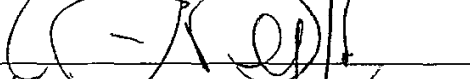
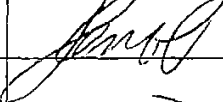
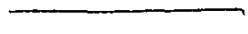

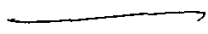
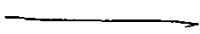
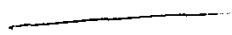
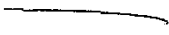
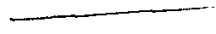
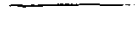
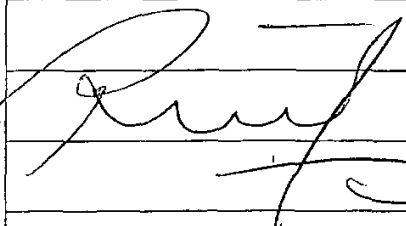
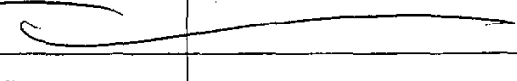
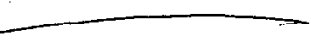
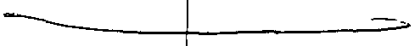
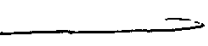
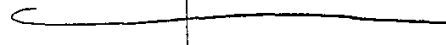
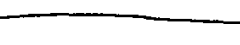
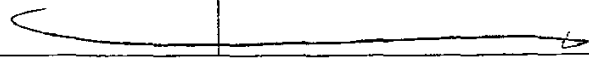
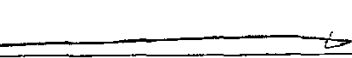
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Assinatura	
PEDRO TAQUES		C
Ana Amélia (PP/RS)		C
CRISTOVAN		C
Roberto		C
Rodrigo Polleschi		C
João		C
Paulo		C
Francisco		C
Waldemar		C
RANDOLFE		C
INACIA		C
ANTONIO CARLOS		C
JOÃO VICENTE CHAUDINO		C

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Assinatura	
LINDBERGH FARIAS		C
ZEZE PERRELLA		C
MOZARTILDO		C
J. CARIBERIBE		C
Paulo Nemi		C
EDUARDO LOPES		C
VITAL DO RÊGO		C
CIRO NODOLVA		C
KATIA ABREU		C
EDUARDO BRAGA		C
JADER BARBALHO		C
ANDRÉ RAUPE		
SERGIO SAUTZEN		



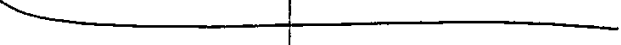




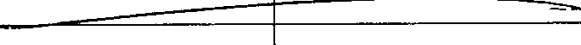
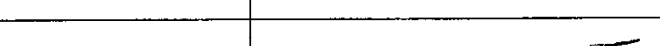



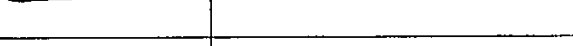


Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

	Parlamentar	Assinatura	
1	Waldeir Silva		C C C C C C
2			
3	Viz Henrique		
4	Carlos Magalhães		
5		Donato	
6	IGO CASSOL		
			
			
			
			
7		Powers Juca	C
			
			
			
			

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Senadores	Assinaturas
1 AVARO DIAS	AVARO DIAS C
2 ALVARO DE ARAUJO	ALVARO DE ARAUJO C
3 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
4 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
5 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
6 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
7 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
8 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
9 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
10 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
11 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
12 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
13 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C
14 ANTONIO CARLOS	ANTONIO CARLOS C

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

15		JANDOLFE RODRIGUES
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		

REQUERIMENTO Nº

, DE 2012 – CN

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

Requeremos, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), composta de 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, destinada a investigar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, práticas criminosas desvendadas pelas operações *Vegas e Monte Carlo*, da Polícia Federal, com envolvimento do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, e agentes públicos e privados, sem prejuízo de investigação de fatos que se ligam ao objeto principal, dentre esses a existência de um esquema de interceptações e monitoramento de comunicações telefônicas e telemáticas ao arripio do princípio de reserva de jurisdição.

Em face do disposto nos arts. 150 e 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e § 1º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, os



Genival Lyra Nascimento
Secretário-Geral da Mesa

*Recebido em 17.04.12,
21:29h, 5 folhas.*

Requerentes determinam a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) como limite das despesas a serem realizadas.

JUSTIFICAÇÃO

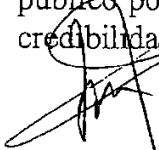
Desde o julgamento do caso *McGrain v. Daugherty* (1927), a Suprema Corte dos Estados Unidos da América buscou definir os contornos dos poderes congressuais, no que concerne à oitiva obrigatória de cidadãos daquele país. Assentou aquele tribunal, na oportunidade, que o papel precípua dos inquiridos parlamentares, no Estado de Direito, diz respeito ao domínio legislativo; envolve a utilização de comissões do Congresso para assegurar o testemunho necessário a capacitar o Poder Legislativo a exercer, de maneira eficiente, a função legislativa que lhe pertence, conforme a Constituição.

Em decorrência de lastimáveis ofensas à dignidade da pessoa humana, ocorridas no âmbito da Comissão para Atividades Antiamericanas da Casa dos Representantes, na década de 50 do século passado, a Suprema Corte dos Estados Unidos foi, diversas vezes, provocada e, debruçando-se sobre o precedente citado, reafirmou que o poder de inquirir tem sido legitimamente empregado pelo Congresso, ao longo da história, sobre o vasto campo dos interesses norte-americanos sobre os quais pode o Congresso, querendo, legislar ou, devido a dada investigação, não legislar; ou ainda, dispor ou não da prerrogativa de tributar, bem como da forma mais adequada de destinar recursos orçamentários. Implícito, ante tão amplo escopo do poder legiferante, sob a Constituição, consoante a Suprema Corte dos EUA, estaria o poder de fiscalizar os atos da Administração Pública.

Esse acercamento jurisdicional de matéria tão sensível vem encontrando, há tempo, eco em nossas práticas políticas, guarida doutrinária, e ressonância na conformação de nossas instituições, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nos últimos dias tornaram-se públicas atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos, também conhecido como *Carlinhos Cachoeira*, que estão a merecer, pois, do Congresso Nacional, a necessária investigação, com o fito de aprimorar a legislação existente e fiscalizar as condutas – omissivas ou comissivas – de agentes públicos encarregados da imposição de observância das leis, ante atividades ditas “empresariais” conduzidas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos.

Há indícios de que é dilatado o espectro de ilicitudes que envolvem a pessoa do Senhor Carlos Augusto Ramos. Seu tentacular envolvimento com o poder público pode levar a perigoso comprometimento do fundamento republicano e da credibilidade das instituições, sob a égide do Estado Democrático de Direito. De

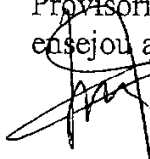


fato, informações já amplamente divulgadas, que teriam por suporte material as investigações da *Operação Monte Carlo*, dão conta de, à primeira vista, recair sobre o Senhor Carlos Augusto Ramos e pessoas do seu círculo de convivência: a) a prática de tráfico de influência com o objetivo de legalizar a exploração de jogos de azar; b) a prática dos crimes de corrupção, prevaricação, condescendência criminosa, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, violação e divulgação de comunicação telefônica ou telemática, exercício de atividade com infração de decisão administrativa, exploração de prestígio e formação de quadrilha, por agentes públicos, associados ou não a agentes privados, com a finalidade de impedir a cessação das atividades ilícitas, no setor de jogos de azar, levadas a efeito pelo indigitado *Carlinhos Cachoeira*, bem como, em consequência, a obstrução da persecução, do processo e da punição criminal; c) a prática de transferência de dinheiro ilegalmente obtido por meio da exploração de jogos de azar para empreendimentos supostamente legais, controlados pelo Senhor Carlos Augusto Ramos ou que esse, direta ou indiretamente, a eles esteja associado; e d) a fraude ao caráter competitivo de procedimentos licitatórios, com o objetivo de obter para empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação; e e) a manutenção, modificação ou prorrogação de contrato administrativo firmado em decorrência de procedimento licitatório irregular, com o objetivo de proporcionar vantagem a empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado.

Com efeito, o seu nome já esteve em evidência em episódios anteriores, submetidos ao escrutínio da CPMI dos Correios, criada em 2005, e a CPI dos Bingos, instalada no Senado Federal em 2005, além da "*Operação Vegas*" da Polícia Federal. Infelizmente, nestas oportunidades, os inquéritos parlamentares e policiais tão somente – se tanto – roçaram as atividades ilegais de *Carlinhos Cachoeira*. Urge enfrentar o desafio de destrinçar as relações entre poder público e atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos.

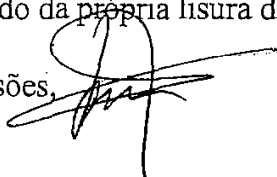
É importante observar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de reconhecer a autonomia da investigação parlamentar. Mesmo que os fatos determinados que ditam a constituição da CPMI possam incidir sobre aspectos referentes a acontecimentos sujeitos a inquéritos policiais ou processos judiciais que guardem conexão com o objeto da apuração congressional, será legítimo o procedimento jurídico-constitucional de fazer funcionar tal comissão, dotada de finalidade própria.

Deve ser de particular interesse deste Parlamento investigar o envolvimento de Carlos Augusto Ramos com agentes públicos com vista a contornar óbices às suas atividades contravenientes, advindos da edição, pelo Supremo Tribunal Federal, da Súmula Vinculante nº 2, no ano de 2007, e da rejeição da Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004, pelo Senado Federal, fato que ensejou a restauração do art. 17 da Medida Provisória nº 2216-37, de 31 de agosto

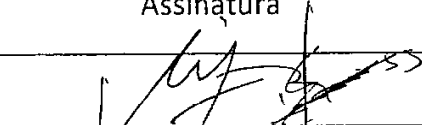

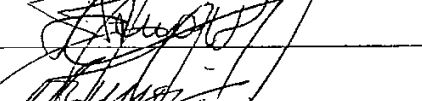
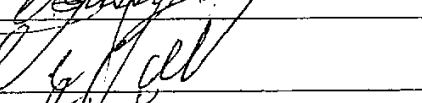
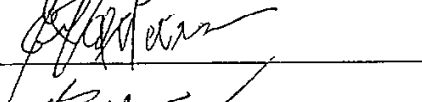
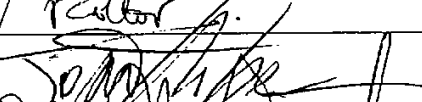
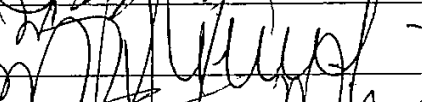

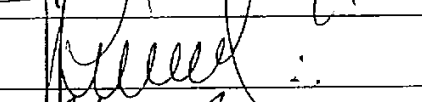
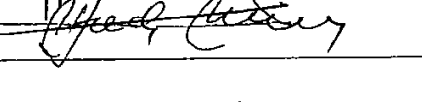
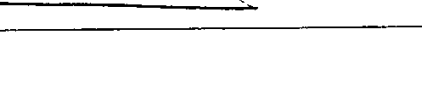




de 2001, que deu nova redação ao art. 59 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. O enfrentamento dessa questão é ponto de honra para o Congresso Nacional. Está em causa o resguardo da própria lisura do devido processo legislativo.

Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, overlapping strokes that form a stylized, somewhat abstract shape.

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Assinatura	
Giulio Arzuffo		C
Blairio Maggi		C
Edson Amorim		C
Antonio Ross		C
Armando Monteiro		C
Epitácio Cafeteira		C
Fernando Collor		C
João Ribeiro		C
João Vicente Chudino		C
Magno Malta		C
Mozarello Cavalcanti		C
Vincentinho Alves		C
Alfredo Nascimento		C

REQUERIMENTO Nº

, DE 2012 – CN

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art.21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

Requeremos, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), composta de 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, destinada a investigar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, práticas criminosas desvendadas pelas operações *Vegas e Monte Carlo*, da Polícia Federal, com envolvimento do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, e agentes públicos e privados, sem prejuízo de aditamento de fatos que se ligam, intimamente, ao objeto principal, particularmente a existência de um esquema de interceptações e monitoramento de comunicações telefônicas e telemáticas ao arripio do princípio de reserva de jurisdição.

Em face do disposto nos arts. 150 e 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e § 1º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, os Requerentes determinam a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) como limite das despesas a serem realizadas.

Claudia Lyne Nascimento
Secretária-Geral da Mesa

Recebido em 18 de Setembro de 2012 às 17h.
(3 folhas)

JUSTIFICAÇÃO

Desde o julgamento do caso *McGrain v. Daugherty* (1927), a Suprema Corte dos Estados Unidos da América buscou definir os contornos dos poderes congressuais, no que concerne à oitiva obrigatória de cidadãos daquele país. Assentou aquele tribunal, na oportunidade, que o papel precípua dos inquiridos parlamentares, no Estado de Direito, diz respeito ao domínio legislativo; envolve a utilização de comissões do Congresso para assegurar o testemunho necessário a capacitar o Poder Legislativo a exercer, de maneira eficiente, a função legislativa que lhe pertence, conforme a Constituição.

Em decorrência de lastimáveis ofensas à dignidade da pessoa humana, ocorridas no âmbito da Comissão para Atividades Antiamericanas da Casa dos Representantes, na década de 50 do século passado, a Suprema Corte dos Estados Unidos foi, diversas vezes, provocada e, debruçando-se sobre o precedente citado, reafirmou que o poder de inquirir tem sido legitimamente empregado pelo Congresso, ao longo da história, sobre o vasto campo dos interesses norte-americanos sobre os quais pode o Congresso, querendo, legislar ou, devido a dada investigação, não legislar; ou ainda, dispor ou não da prerrogativa de tributar, bem como da forma mais adequada de destinar recursos orçamentários. Implícito, ante tão amplo escopo do poder legiferante, sob a Constituição, consoante a Suprema Corte dos EUA, estaria o poder de fiscalizar os atos da Administração Pública.

Esse acercamento jurisdicional de matéria tão sensível vem encontrando, há tempo, eco em nossas práticas políticas, guarida doutrinária, e ressonância na conformação de nossas instituições, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nos últimos dias tornaram-se públicas atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos, também conhecido como *Carlinhos Cachoeira*, que estão a merecer, pois, do Congresso Nacional, a necessária investigação, com o fito de aprimorar a legislação existente e fiscalizar as condutas – omissivas ou comissivas – de agentes públicos encarregados da imposição de observância das leis, ante atividades ditas “empresariais” conduzidas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos.

Há indícios de que é dilatado o espectro de ilicitudes que envolvem a pessoa do Senhor Carlos Augusto Ramos. Seu tentacular envolvimento com o poder público pode levar a perigoso comprometimento do fundamento republicano e da credibilidade das instituições, sob a égide do Estado Democrático de Direito. De fato, informações já amplamente divulgadas, que teriam por suporte material as investigações da *Operação Monte Carlo*, dão conta de, à primeira vista, recair sobre o Senhor Carlos Augusto Ramos e pessoas do seu círculo de convivência: a) a prática de tráfico de influência com o objetivo de legalizar a exploração de jogos de azar; b) a prática dos crimes de corrupção, prevaricação, condescendência

criminosa, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, violação e divulgação de comunicação telefônica ou telemática, exercício de atividade com infração de decisão administrativa, exploração de prestígio e formação de quadrilha, por agentes públicos, associados ou não a agentes privados, com a finalidade de impedir a cessação das atividades ilícitas, no setor de jogos de azar, levadas a efeito pelo indigitado *Carlinhos Cachoeira*, bem como, em consequência, a obstrução da persecução, do processo e da punição criminal; c) a prática de transferência de dinheiro ilegalmente obtido por meio da exploração de jogos de azar para empreendimentos supostamente legais, controlados pelo Senhor Carlos Augusto Ramos ou que esse, direta ou indiretamente, a eles esteja associado; e d) a fraude ao caráter competitivo de procedimentos licitatórios, com o objetivo de obter para empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação; e e) a manutenção, modificação ou prorrogação de contrato administrativo firmado em decorrência de procedimento licitatório irregular, com o objetivo de proporcionar vantagem a empresas supostamente legais, controladas pelo Senhor Carlos Augusto Ramos, ou que esse, direta ou indiretamente, a elas esteja associado.


Com efeito, o seu nome já esteve em evidência em episódios anteriores, submetidos ao escrutínio da CPMI dos Correios, criada em 2005, e a CPI dos Bingos, instalada no Senado Federal em 2005, além da “*Operação Vegas*” da Polícia Federal. Infelizmente, nestas oportunidades, os inquéritos parlamentares e policiais tão somente – se tanto – roçaram as atividades ilegais de *Carlinhos Cachoeira*. Urge enfrentar o desafio de destrinçar as relações entre poder público e atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos.

É importante observar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de reconhecer a autonomia da investigação parlamentar. Mesmo que os fatos determinados que ditam a constituição da CPMI possam incidir sobre aspectos referentes a acontecimentos sujeitos a inquéritos policiais ou processos judiciais que guardem conexão com o objeto da apuração congressional, será legítimo o procedimento jurídico-constitucional de fazer funcionar tal comissão, dotada de finalidade própria.

Deve ser de particular interesse deste Parlamento investigar o envolvimento de Carlos Augusto Ramos com agentes públicos com vista a contornar óbices às suas atividades contravenientes, advindos da edição, pelo Supremo Tribunal Federal, da Súmula Vinculante nº 2, no ano de 2007, e da rejeição da Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004, pelo Senado Federal, fato que ensejou a restauração do art. 17 da Medida Provisória nº 2216-37, de 31 de agosto de 2001, que deu nova redação ao art. 59 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. O enfrentamento dessa questão é ponto de honra para o Congresso Nacional. Está em causa o resguardo da própria lisura do devido processo legislativo.

Sala das Sessões,




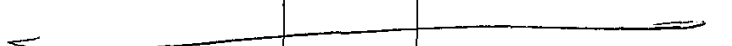




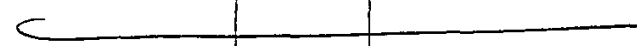




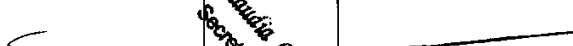
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Afonso Hamm	604	
Direção Especial	746	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Claudia Sora Nascimento
Secretaria-Geral da Mesa

Recebi em 18.07.12
(3 folhas) as 11:37h
Mesa

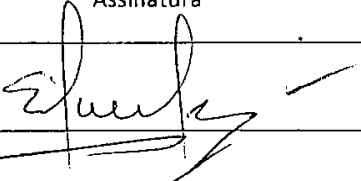
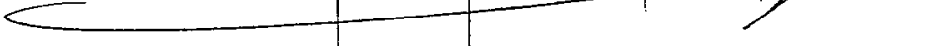

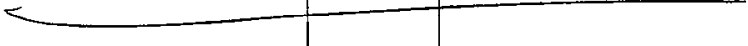


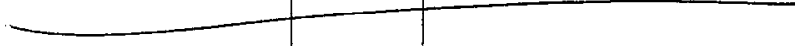




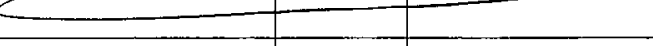
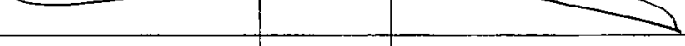
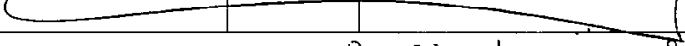
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
JOSÉ NUNES	728	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Cláudia Lyne Nascimento
Secretaria-Geral da Mesa

Recebi em 18.04.12, as
15:24h., a presente folha
com uma assinatura. (AEC)

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Deputado Átila Lins PSD/AM	730	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Recabi este original em 18/4/2012
às 11:40, com uma assinatura.
Marcos A

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Rose de Freitas	946	<i>Rose de Freitas</i>

Carlinhos Cachoeira esta folha
dia 18 de Maio de 2012, às 12:54h.
Carlinhos Cachoeira

Carlinhos Cachoeira
Secretaria-Geral da Mesa

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
JESUS RODRIGUES	706	Jesus Rodrigues

Recebi esta folha em
18/4/2012 às 14h58 com uma
assinatura
marcos A.

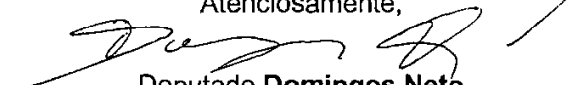
Brasília, 18 de abril de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: Subscrição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Conforme determinação expressa na reunião do Colégio de Líderes, no dia 17.04.12, em relação à subscrição para a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar supostas irregularidades e o envolvimento do Sr. Carlos Cachoeira com Deputados Federais e Senadores da República, tomando como base as operações "Monte Carlo" e "Vega" da Polícia Federal, subscrevo a proposta.

Atenciosamente,



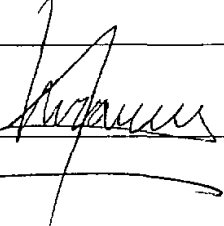
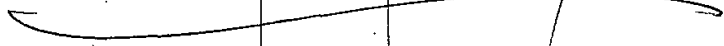
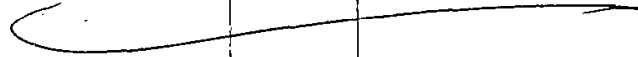
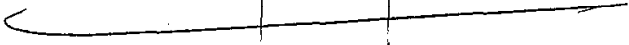
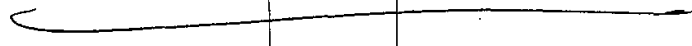
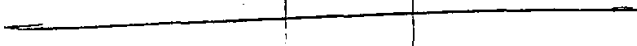
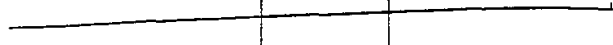

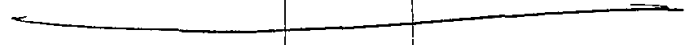
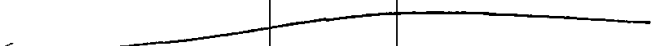
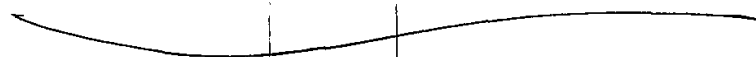
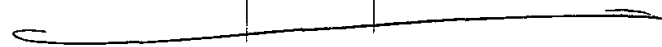
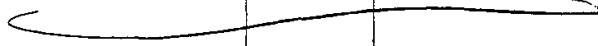



Deputado **Domingos Neto**
Presidente

*Recebi a presente folha
com uma assinatura
em 18-4-2012
às 15:42hs*

Comissão de Desenvolvimento Urbano
Câmara dos Deputados – Anexo II – Ala C – Sala 188 - 70160-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3216-6554/6552 – Fax : (61) 3216-6560 – E-mail: cdu.decom@camara.gov.br

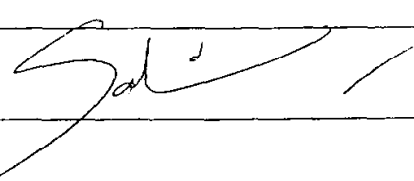
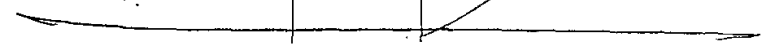
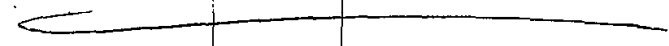
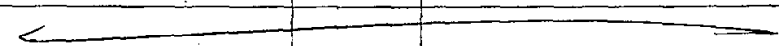
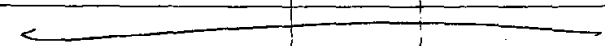
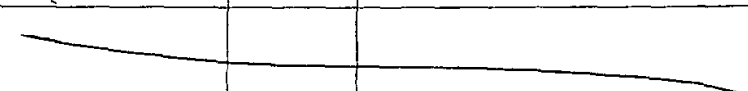
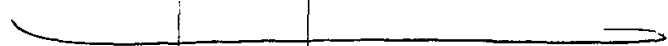

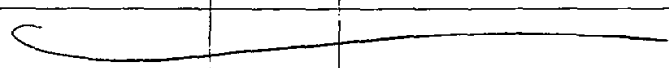

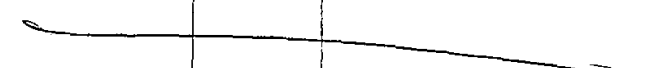
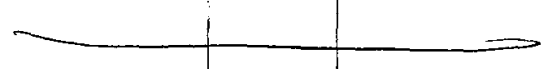
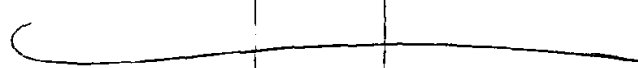

*Marcelo
220970*

Requer-se nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição federal, combinado com o art. 21 do regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente co Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e Monte Carlo", da polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
WILNEY ROCHA	644	
		
		
		
		
		
		
		
		

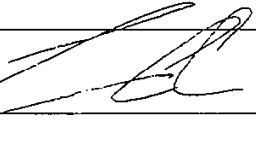


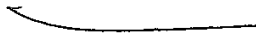
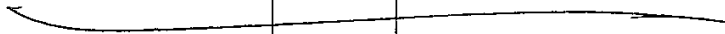

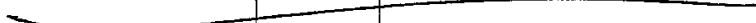

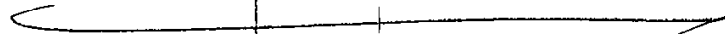
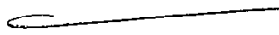
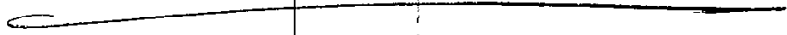
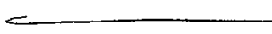
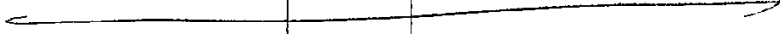

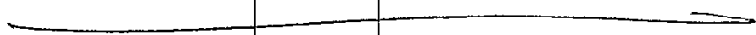


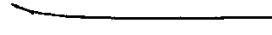






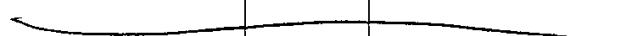

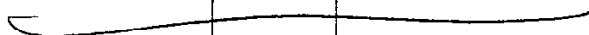
Recb. e g. da Folha
 com. 15/05/2012 - 15 kb
 2012/2012

Requer-se nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição federal, combinado com o art. 21 do regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente co Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e Monte Carlo", da polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
SABINO CASTELO BRANCO 911		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

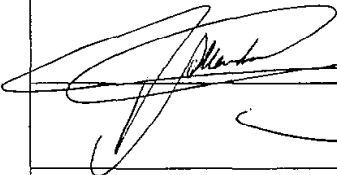

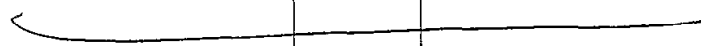
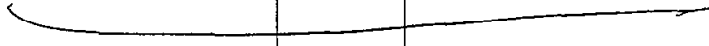
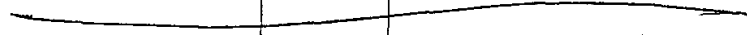

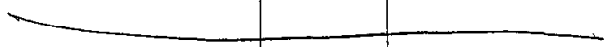
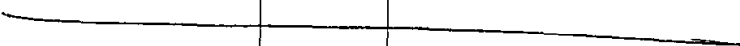

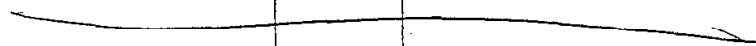
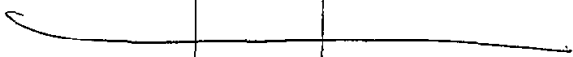
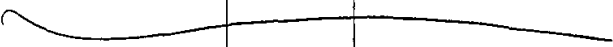
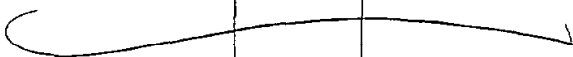
Háris recebeu esta
folha com 1 assinatura
em 18-4-2012 às 15:55h.

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
<i>Tasso Azevêdo</i>	802	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

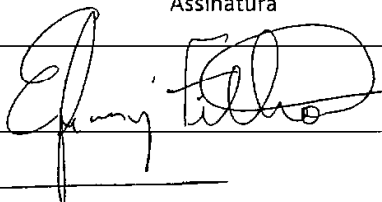
Receli este original (1 fl.)
 com uma assinatura
 em 18/4/2012, as 17h24

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	508	Mendonça Prado
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Recbi esta folha com uma
assinatura em 18/4/2012 as
17h29 Marcos A

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

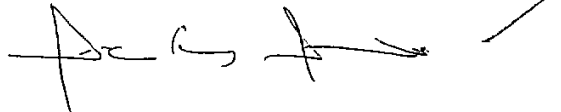
Parlamentar	Gabinete	Assinatura
DEP. EFRAIM FILHO	DEM/PB	
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

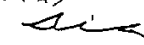
Recibi esta folha com uma assinatura em 18/4/2022 as 17h29 minutos

REQUERIMENTO Nº , DE 2012-CN

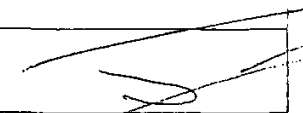
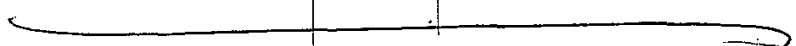
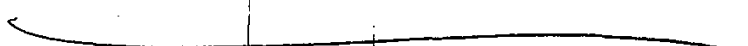
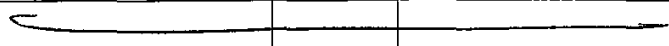

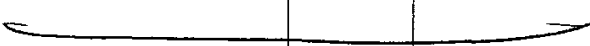
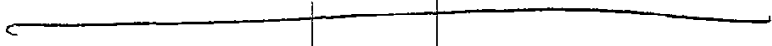

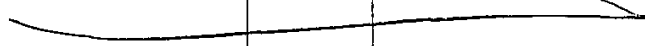

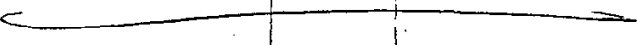
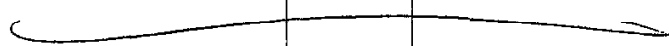
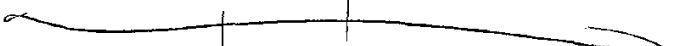
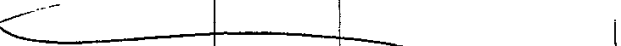
Requer - se, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.


DEPUTADO MARCIO MARINHO - PRB/BA

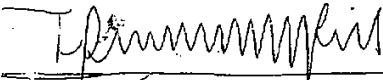

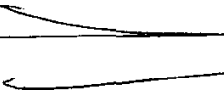
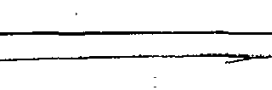
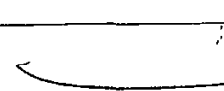
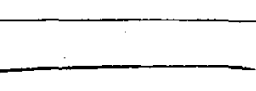
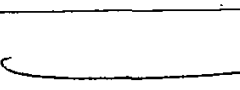
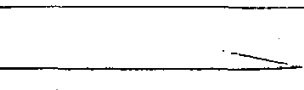
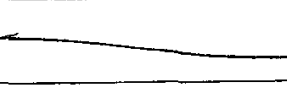
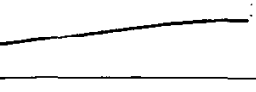
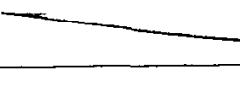
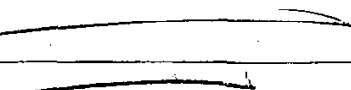
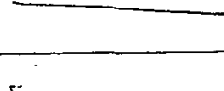

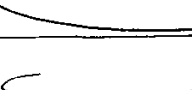
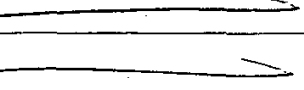
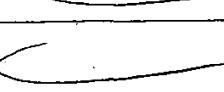
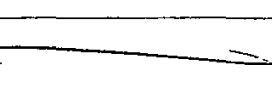
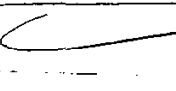
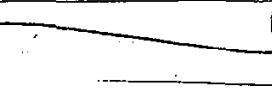


RECEBIDA 1(UMA)
FOLHA COM 1(UMA)
ASSINATURA 
229870
17433

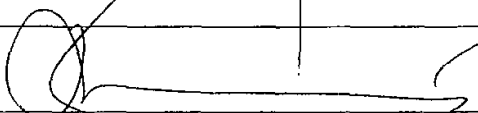
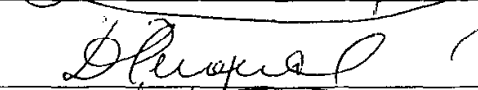
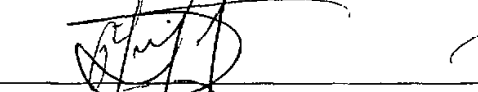

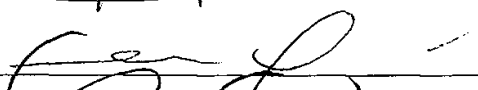
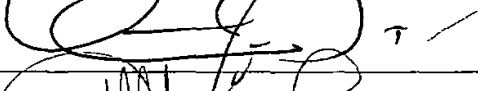

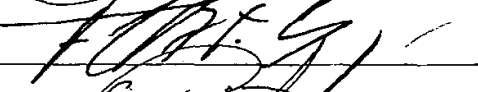
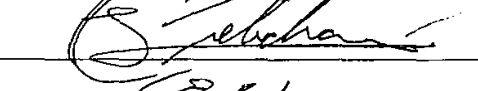


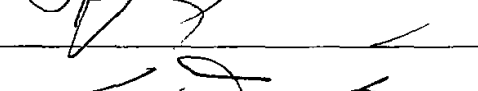
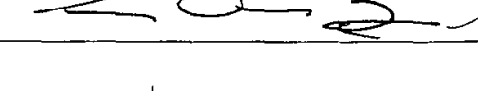
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
FERNANDO TORRES	462	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

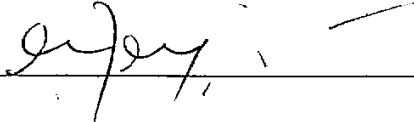
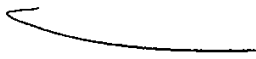


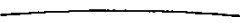
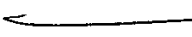

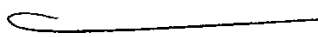
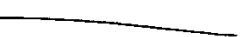
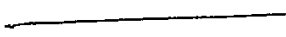


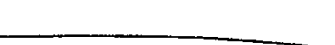
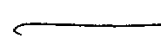

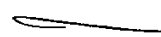
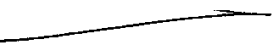

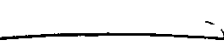





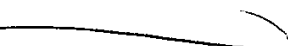

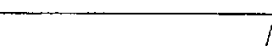
Parlamentar	Gabinete	Assinatura
LRAICEMA PORTELLA	924	
José Augusto Almeida	758	
Alida Gondim	833	Alida Gondim
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

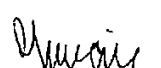

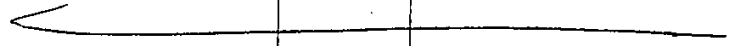
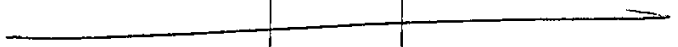
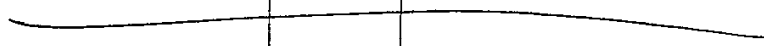
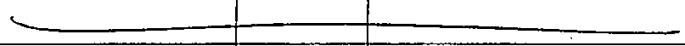
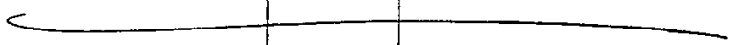
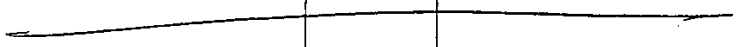

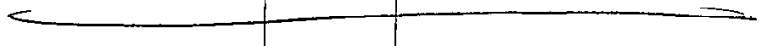
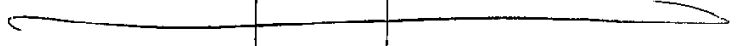


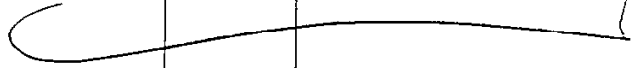
Parlamentar	Gabinete	Assinatura
RONALDO BENEDET	918	
DARCISO PERONIN	518	
Paulo Modulo	445	
Edio Lopes	350	
EDUARDO CUNHA	510	
MÁRIO FEITOZA	918	
ALEXANDRE SANTOS	331	
FERNANDO JORDÃO	544	
LUIZ PITIMAN	930	
Eliseu Araújo	222	
OSMAR TERRA	927	
Marcelo Sampaio	906	
Lucio VIGIUS UNO	612	

Receli 3 folhas com 15 assinaturas
nas datas 19/54 de 18/4/2012
Mauricio


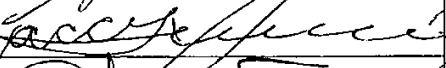

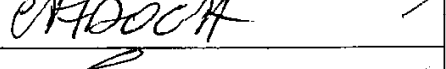
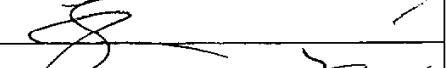

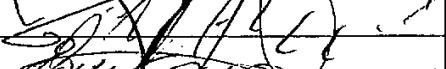

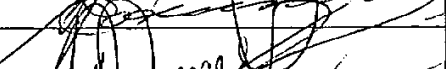


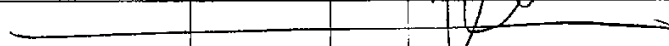
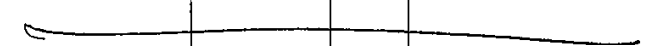
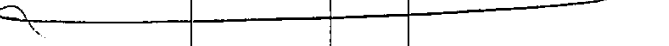
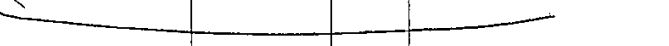
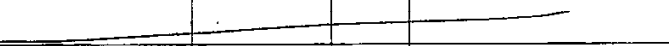
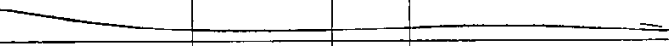
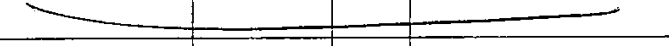

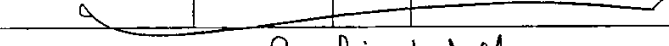
Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
WASHINGTON REIS	856	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

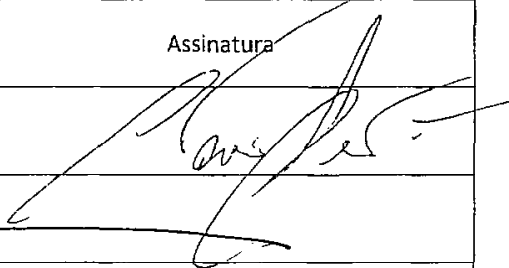
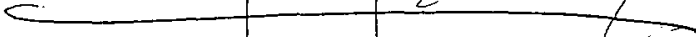
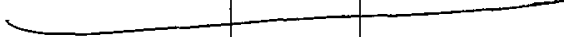
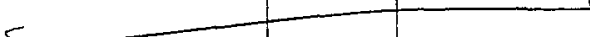
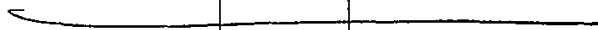

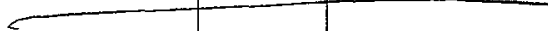
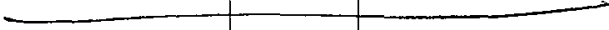
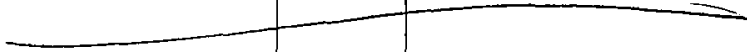

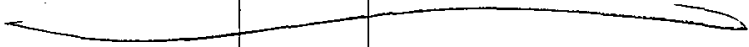
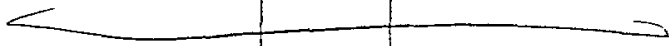
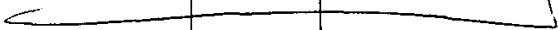
Parlamentar	Gabinete	Assinatura
DEPUTADO PEDRO NOBES	813	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

EMENÇA: "Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica."

N	NOME	PARTIDO	UF	ASSINATURA
1	RATIANO JUNIOR	PSC	PR	
2	Costa Ferreira	PSC	MA	
3	DE LUZY	P.S.C.	RJ	
4	Willy Cleber	PSC	Pe.	
5	LEONARDO GADELHA	PSC	PB	
6	Pirrallo Feliciano	PSC	SP	
7	Erivelton Santana	PSC	BA	
8	Edmar Arepida	PSC	PR	
9	NELSON FADOLANI	-PSC	PR	
10	TAKAYAMA	PSC	PR	
11	FILIPE PEREIRO	PSC	RJ	
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

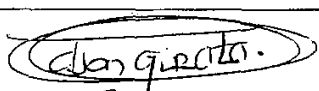
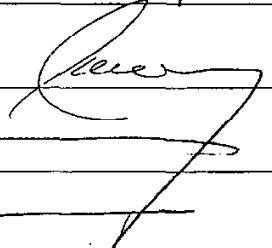
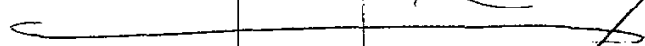
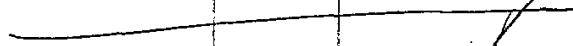
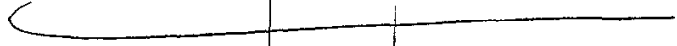
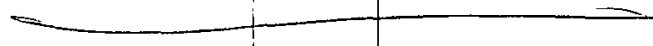
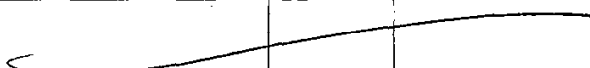
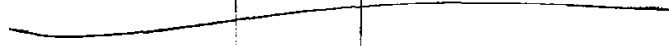
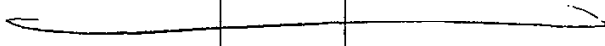
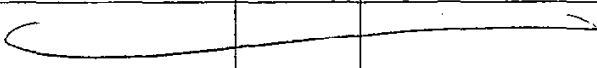
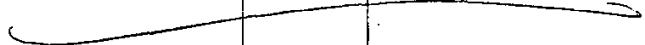
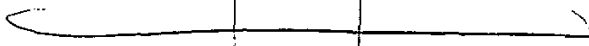
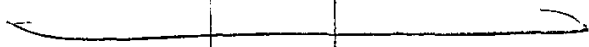
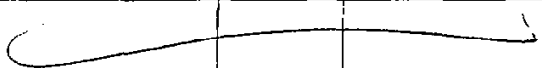
Recebi 1 folha original com 15 assinaturas, às 18/4/2012, às 13h58.
 Manoel A

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Las Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
OTÁVIO LEITE	225	
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

Recebi esta folha em
13-4-2012 às 10h
com uma assinatura
(110920)

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
GEROTO	277	 ✓
WELLINGTON ROBERTO	514	 ✓
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		
		

REQUERIMENTO

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como *Carlinhos Cachoeira*, desvendadas pelas operações “*Vegas*” e “*Monte Carlo*”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Atenciosamente



Joaquim de LIRA MAIA
Deputado Federal
DEM/PA

Márcio (220970) recebeu
em 19-4-2012, às 14:45

Senado Federal**Secretaria-Geral da Mesa****Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional****RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados**

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP
ABELARDO LUPION	DEM	PR
ADEMIR CAMILO	PSD	MG
AFONSO FLORENCE	PT	BA
AFONSO HAMM	PP	RS
ALBERTO FILHO	PMDB	MA
ALBERTO MOURÃO	PSDB	SP
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
ALESSANDRO MOLON	PT	RJ
ALEXANDRE LEITE	DEM	SP
ALEXANDRE ROSO	PSB	RS
ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ
ALFREDO KAEFER	PSDB	PR
ALFREDO SIRKIS	PV	RJ
ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
ALINE CORRÊA	PP	SP
ALMEIDA LIMA	PPS	SE
AMAURI TEIXEIRA	PT	BA
ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
ANDRE MOURA	PSC	SE
ANDRE VARGAS	PT	PR
ANDREIA ZITO	PSDB	RJ
ÂNGELO AGNOLIN	PDT	TO
ANGELO VANHONI	PT	PR
ANTHONY GAROTINHO	PR	RJ
ANTÔNIO ANDRADE	PMDB	MG
ANTONIO BALHMANN	PSB	CE
ANTONIO BULHÕES	PRB	SP
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	DEM	BA
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
ANTONIO IMBASSAHY	PSDB	BA
ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE
ARMANDO VERGÍLIO	PSD	GO
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
ARNALDO JARDIM	PPS	SP
ARNALDO JORDY	PPS	PA
AROLDE DE OLIVEIRA	PSD	RJ

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
ARTHUR LIRA	PP	AL
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	PMDB	BA
ARTUR BRUNO	PT	CE
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
ASSIS CARVALHO	PT	PI
ASSIS DO COUTO	PT	PR
ASSIS MELO	PCdoB	RS
ÁTILA LINS	PSD	AM
AUDIFAX	PSB	ES
AUGUSTO CARVALHO	PPS	DF
AUGUSTO COUTINHO	DEM	PE
BENEDITA DA SILVA	PT	RJ
BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB
BERINHO BANTIM	PSDB	RR
BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS	PR	MG
BETO FARO	PT	PA
BIFFI	PT	MS
BOHN GASS	PT	RS
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
BRIZOLA NETO	PDT	RJ
BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE
CÂNDIDO VACCAREZZA	PT	SP
CARLAILE PEDROSA	PSDB	MG
CARLINHOS ALMEIDA	PT	SP
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
CARLOS BEZERRA	PMDB	MT
CARLOS BRANDÃO	PSDB	MA
CARLOS EDUARDO CADOCA	PSC	PE
CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
CARLOS SOUZA	PSD	AM
CARLOS ZARATTINI	PT	SP
CARMEN ZANOTTO	PPS	SC
CELSO MALDANER	PMDB	SC
CESAR COLNAGO	PSDB	ES
CÉSAR HALUM	PSD	TO
CHICO ALENCAR	PSOL	RJ
CHICO D'ANGELO	PT	RJ
CHICO LOPES	PCdoB	CE

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
CLAUDIO CAJADO	DEM	BA
CLÁUDIO PUTY	PT	PA
COSTA FERREIRA	PSC	MA
DALVA FIGUEIREDO	PT	AP
DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
DANILO FORTE	PMDB	CE
DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	PSD	RS
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
DAVI ALCOLUMBRE	DEM	AP
DÉCIO LIMA	PT	SC
DELEGADO PROTÓGENES	PCdoB	SP
DELEY	PSC	RJ
DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
DIEGO ANDRADE	PSD	MG
DILCEU SPERAFICO	PP	PR
DIMAS RAMALHO	PPS	SP
DOMINGOS DUTRA	PT	MA
DOMINGOS NETO	PSB	CE
DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
DR. ALUIZIO	PV	RJ
DR. CARLOS ALBERTO	PMN	RJ
DR. GRILO	PSL	MG
DR. JORGE SILVA	PDT	ES
DR. PAULO CÉSAR	PSD	RJ
DR. ROSINHA	PT	PR
DR. UBIALI	PSB	SP
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP
DUDIMAR PAXIUBA	PSDB	PA
EDINHO ARAÚJO	PMDB	SP
EDINHO BEZ	PMDB	SC
EDIO LOPES	PMDB	RR
EDMAR ARRUDA	PSC	PR
EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ
EDSON PIMENTA	PSD	BA
EDSON SANTOS	PT	RJ
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
EDUARDO DA FONTE	PP	PE

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
EDUARDO GOMES	PSDB	TO
EDUARDO SCIARRA	PSD	PR
EFRAIM FILHO	DEM	PB
ELEUSES PAIVA	PSD	SP
ELI CORREA FILHO	DEM	SP
ELISEU PADILHA	PMDB	RS
EMANUEL FERNANDES	PSDB	SP
ENIO BACCI	PDT	RS
ERIKA KOKAY	PT	DF
ERIVELTON SANTANA	PSC	BA
ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC
EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP
FÁBIO RAMALHO	PV	MG
FÁBIO SOUTO	DEM	BA
FABIO TRAD	PMDB	MS
FÁTIMA BEZERRA	PT	RN
FÁTIMA PELAES	PMDB	AP
FELIPE MAIA	DEM	RN
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA
FERNANDO COELHO FILHO	PSB	PE
FERNANDO FERRO	PT	PE
FERNANDO FRANCISCHINI	PSDB	PR
FERNANDO JORDÃO	PMDB	RJ
FERNANDO MARRONI	PT	RS
FERNANDO TORRES	PSD	BA
FILIPE PEREIRA	PSC	RJ
FLÁVIA MORAIS	PDT	GO
FLAVIANO MELO	PMDB	AC
FRANCISCO ARAÚJO	PSD	RR
FRANCISCO ESCÓRCIO	PMDB	MA
GABRIEL CHALITA	PMDB	SP
GABRIEL GUIMARÃES	PT	MG
GENECIAS NORONHA	PMDB	CE
GEORGE HILTON	PRB	MG
GERA ARRUDA	PMDB	CE
GERALDO RESENDE	PMDB	MS
GERALDO SIMÕES	PT	BA
GERALDO THADEU	PSD	MG

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
GILMAR MACHADO	PT	MG
GIOVANI CHERINI	PDT	RS
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
GIROTO	PMDB	MS
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
GLAUBER BRAGA	PSB	RJ
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
GORETE PEREIRA	PR	CE
GUILHERME CAMPOS	PSD	SP
HÉLIO SANTOS	PSD	MA
HENRIQUE AFONSO	PV	AC
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN
HENRIQUE FONTANA	PT	RS
HENRIQUE OLIVEIRA	PR	AM
HEULER CRUVINEL	PSD	GO
HOMERO PEREIRA	PSD	MT
HUGO LEAL	PSC	RJ
HUGO MOTTA	PMDB	PB
IRACEMA PORTELLA	PP	PI
IRAJÁ ABREU	PSD	TO
IRINY LOPES	PT	ES
ÍRIS DE ARAÚJO	PMDB	GO
IVAN VALENTE	PSOL	SP
IZALCI	PR	DF
JAIME MARTINS	PR	MG
JAIR BOLSONARO	PP	RJ
JAIRO ATAÍDE	DEM	MG
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
JANETE ROCHA PIETÁ	PT	SP
JÂNIO NATAL	PRP	BA
JEAN WYLLYS	PSOL	RJ
JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS
JESUS RODRIGUES	PT	PI
JHONATAN DE JESUS	PRB	RR
JILMAR TATTO	PT	SP
JÔ MORAES	PCdoB	MG
JOÃO ANANIAS	PCdoB	CE
JOÃO ARRUDA	PMDB	PR

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
JOÃO BITTAR	DEM	MG
JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
JOÃO DADO	PDT	SP
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
JOÃO MAIA	PR	RN
JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
JOÃO PAULO LIMA	PT	PE
JONAS DONIZETTE	PSB	SP
JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP
JORGINHO MELLO	PSDB	SC
JOSÉ AIRTON	PT	CE
JOSÉ AUGUSTO MAIA	PTB	PE
JOSÉ DE FILIPPI	PT	SP
JOSÉ GUIMARÃES	PT	CE
JOSÉ HUMBERTO	PHS	MG
JOSÉ MENTOR	PT	SP
JOSÉ NUNES	PSD	BA
JOSIAS GOMES	PT	BA
JOVAIR ARANTES	PTB	GO
JÚLIO CAMPOS	DEM	MT
JÚLIO DELGADO	PSB	MG
JÚNIOR COIMBRA	PMDB	TO
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
KEIKO OTA	PSB	SP
LAUREZ MOREIRA	PSB	TO
LÁZARO BOTELHO	PP	TO
LEANDRO VILELA	PMDB	GO
LELO COIMBRA	PMDB	ES
LEONARDO GADELHA	PSC	PB
LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG
LEONARDO VILELA	PSDB	GO
LEOPOLDO MEYER	PSB	PR
LILIAM SÁ	PSD	RJ
LINCOLN PORTELA	PR	MG
LIRA MAIA	DEM	PA
LOURIVAL MENDES	PTdoB	MA

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
LUCI CHOINACKI	PT	SC
LUCIANA SANTOS	PCdoB	PE
LUCIO VIEIRA LIMA	PMDB	BA
LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
LUIZ ALBERTO	PT	BA
LUIZ ARGÔLO	PP	BA
LUIZ CARLOS SETIM	DEM	PR
LUIZ COUTO	PT	PB
LUIZ FERNANDO FARIA	PP	MG
LUIZ FERNANDO MACHADO	PSDB	SP
LUIZ NOÉ	PSB	RS
LUIZ PITIMAN	PMDB	DF
LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
MANATO	PDT	ES
MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	RS
MARA GABRILLI	PSDB	SP
MARCELO CASTRO	PMDB	PI
MARCELO MATOS	PDT	RJ
MARCIO BITTAR	PSDB	AC
MÁRCIO MACÊDO	PT	SE
MÁRCIO MARINHO	PRB	BA
MARCO TEBALDI	PSDB	SC
MARCON	PT	RS
MARCOS MEDRADO	PDT	BA
MARCOS MONTES	PSD	MG
MARCOS ROGÉRIO	PDT	RO
MARCUS PESTANA	PSDB	MG
MARINA SANTANNA	PT	GO
MARINHA RAUPP	PMDB	RO
MÁRIO FEITOZA	PMDB	CE
MÁRIO NEGROMONTE	PP	BA
MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PR	AL
MAURÍCIO TRINDADE	PR	BA
MAURO LOPES	PMDB	MG
MAURO NAZIF	PSB	RO
MENDONÇA FILHO	DEM	PE

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
MENDONÇA PRADO	DEM	SE
MIGUEL CORRÊA	PT	MG
MILTON MONTI	PR	SP
MIRIQUINHO BATISTA	PT	PA
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO	PP	SP
MOREIRA MENDES	PSD	RO
NAZARENO FONTELES	PT	PI
NEILTON MULIM	PR	RJ
NELSON BORNIER	PMDB	RJ
NELSON MARCHEZAN JUNIOR	PSDB	RS
NELSON PADOVANI	PSC	PR
NELSON PELLEGRINO	PT	BA
NEWTON CARDOSO	PMDB	MG
NEWTON LIMA	PT	SP
NILDA GONDIM	PMDB	PB
NILSON LEITÃO	PSDB	MT
ODAIR CUNHA	PT	MG
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR
ONOFRE SANTO AGOSTINI	PSD	SC
ONYX LORENZONI	DEM	RS
OSMAR JÚNIOR	PCdoB	PI
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
OSMAR TERRA	PMDB	RS
OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
OZIEL OLIVEIRA	PDT	BA
PADRE JOÃO	PT	MG
PADRE TON	PT	RO
PASTOR EURICO	PSB	PE
PASTOR MARCO FELICIANO	PSC	SP
PAUDERNEY AVELINO	DEM	AM
PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
PAULO CESAR QUARTIERO	DEM	RR
PAULO FEIJÓ	PR	RJ
PAULO FERREIRA	PT	RS
PAULO FOLETTO	PSB	ES
PAULO FREIRE	PR	SP
PAULO PEREIRA DA SILVA	PDT	SP

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
PAULO PIAU	PMDB	MG
PAULO PIMENTA	PT	RS
PAULO RUBEM SANTIAGO	PDT	PE
PAULO TEIXEIRA	PT	SP
PAULO WAGNER	PV	RN
PEDRO CHAVES	PMDB	GO
PEDRO EUGÊNIO	PT	PE
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA
PEDRO UCZAI	PT	SC
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC
PINTO ITAMARATY	PSDB	MA
POLICARPO	PT	DF
PROFESSOR SETIMO	PMDB	MA
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE	DEM	TO
RATINHO JUNIOR	PSC	PR
RAUL HENRY	PMDB	PE
RAUL LIMA	PSD	RR
REGINALDO LOPES	PT	MG
REGUFFE	PDT	DF
REINALDO AZAMBUJA	PSDB	MS
REINHOLD STEPHANES	PSD	PR
RENAN FILHO	PMDB	AL
RENATO MOLLING	PP	RS
RENZO BRAZ	PP	MG
RICARDO BERZOINI	PT	SP
RICARDO IZAR	PSD	SP
RICARDO TRIPOLI	PSDB	SP
ROBERTO DE LUCENA	PV	SP
ROBERTO FREIRE	PPS	SP
ROBERTO SANTIAGO	PSD	SP
ROBERTO TEIXEIRA	PP	PE
RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG
RODRIGO MAIA	DEM	RJ
ROGÉRIO CARVALHO	PT	SE
ROGÉRIO MARINHO	PSDB	RN
ROMÁRIO	PSB	RJ
ROMERO RODRIGUES	PSDB	PB
RONALDO BENEDET	PMDB	SC

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
RONALDO CAIADO	DEM	GO
RONALDO FONSECA	PR	DF
RONALDO ZULKE	PT	RS
ROSANE FERREIRA	PV	PR
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
RUBENS BUENO	PPS	PR
RUBENS OTONI	PT	GO
RUI PALMEIRA	PSDB	AL
RUY CARNEIRO	PSDB	PB
SABINO CASTELO BRANCO	PTB	AM
SALVADOR ZIMBALDI	PDT	SP
SANDES JÚNIOR	PP	GO
SANDRA ROSADO	PSB	RN
SANDRO MABEL	PMDB	GO
SARNEY FILHO	PV	MA
SÉRGIO BRITO	PSD	BA
SERGIO GUERRA	PSDB	PE
SEVERINO NINHO	PSB	PE
SIBÁ MACHADO	PT	AC
SILVIO COSTA	PTB	PE
SIMPLÍCIO ARAÚJO	PPS	MA
STEPAN NERCESSIAN	PPS	RJ
SUELI VIDIGAL	PDT	ES
TAKAYAMA	PSC	PR
TERESA SURITA	PMDB	RR
TIRIRICA	PR	SP
VALADARES FILHO	PSB	SE
VALDIR COLATTO	PMDB	SC
VALMIR ASSUNÇÃO	PT	BA
VALTENIR PEREIRA	PSB	MT
VANDER LOUBET	PT	MS
VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
VANDERLEI SIRAQUE	PT	SP
VAZ DE LIMA	PSDB	SP
VICENTE CANDIDO	PT	SP
VICENTINHO	PT	SP
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS
VILALBA	PRB	PE

RQN nº 1, de 2012: 396 assinaturas válidas de Deputados

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
VITOR PENIDO	DEM	MG
WALDENOR PEREIRA	PT	BA
WALDIR MARANHÃO	PP	MA
WALNEY ROCHA	PTB	RJ
WALTER FELDMAN	PSDB	SP
WANDENKOLK GONÇALVES	PSDB	PA
WASHINGTON REIS	PMDB	RJ
WELITON PRADO	PT	MG
WELLINGTON ROBERTO	PR	PB
WILLIAM DIB	PSDB	SP
WILSON FILHO	PMDB	PB
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
ZÉ GERALDO	PT	PA
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
ZEZÉU RIBEIRO	PT	BA
ZOINHO	PR	RJ

RQN nº 1, de 2012: 72 assinaturas válidas de Senadores

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
WALTER PINHEIRO	PT	BA
ACIR GURGACZ	PDT	RO
AÉCIO NEVES	PSDB	MG
ALFREDO NASCIMENTO	PR	AM
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP
ALVARO DIAS	PSDB	PR
ANA AMÉLIA	PP	RS
ANA RITA	PT	ES
ANGELA PORTELA	PT	RR
ANIBAL DINIZ	PT	AC
ANTONIO CARLOS VALADARES	PSB	SE
ANTONIO RUSSO	PR	MS
ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE
BLAIRO MAGGI	PR	MT
CASILDO MALDANER	PMDB	SC
CÁSSIO CUNHA LIMA	PSDB	PB
CÍCERO LUCENA	PSDB	PB
CIRO NOGUEIRA	PP	PI
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF
CYRO MIRANDA	PSDB	GO
DELCÍDIO DO AMARAL	PT	MS
EDUARDO AMORIM	PSC	SE
EDUARDO BRAGA	PMDB	AM
EDUARDO LOPES	PRB	RJ
EDUARDO SUPLICY	PT	SP
EPITÁCIO CAFETEIRA	PTB	MA
FERNANDO COLLOR	PTB	AL
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ
GIM ARGELLO	PTB	DF
HUMBERTO COSTA	PT	PE
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
IVO CASSOL	PP	RO
JADER BARBALHO	PMDB	PA
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE
JAYME CAMPOS	DEM	MT
JOÃO CAPIBERIBE	PSB	AP
JOÃO DURVAL	PDT	BA
JOÃO RIBEIRO	PR	TO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI
JORGE VIANA	PT	AC
JOSÉ AGRIPINO	DEM	RN
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE
KÁTIA ABREU	PSD	TO

RQN nº 1, de 2012: 72 assinaturas válidas de Senadores

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar e investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Nome Parlamentar	Partido	UF
LÍDICE DA MATA	PSB	BA
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO
LUIZ HENRIQUE	PMDB	SC
MAGNO MALTA	PR	ES
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	SE
MÁRIO COUTO	PSDB	PA
MARTA SUPLICY	PT	SP
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	RR
PAULO BAUER	PSDB	SC
PAULO DAVIM	PV	RN
PAULO PAIM	PT	RS
PEDRO SIMON	PMDB	RS
PEDRO TAQUES	PDT	MT
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL
RICARDO FERRAÇO	PMDB	ES
ROBERTO REQUIÃO	PMDB	PR
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	DF
ROMERO JUCÁ	PMDB	RR
SÉRGIO SOUZA	PMDB	PR
VALDIR RAUPP	PMDB	RO
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM
VICENTINHO ALVES	PR	TO
VITAL DO RÉGO	PMDB	PB
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS
WELLINGTON DIAS	PT	PI
ZEZE PERRELLA	PDT	MG